



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, maio/2006

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Carlos Kawall Leal Ferreira

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Jorge Khalil Miski

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Paulo Fontoura Valle

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de M. Silva

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 12, n. 4, abril 2006. 39 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em abril, o Governo Central registrou superávit de R\$ 14,9 bilhões, contra R\$ 7,2 bilhões no mês anterior. O Tesouro contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 17,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 2,6 bilhões e superávit de R\$ 42,4 milhões, respectivamente. No acumulado do ano, o superávit do Governo Central foi de R\$ 29,6 bilhões. Ressalta-se que o resultado acumulado apresentou melhora em relação a março, passando de 3,12% para 4,66% do PIB, em linha com a meta de 4,25% do PIB estabelecida para o setor público consolidado.

No primeiro quadrimestre de 2006, o resultado primário do Governo Central foi de R\$ 29,6 bilhões, equivalente a 4,66% do PIB.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2005-2006

| DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO | R\$ Milhões | | | |
|--|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| | MAR 2006 | ABR 2006 | JAN-ABR 2005 | JAN-ABR 2006 |
| I. RECEITA TOTAL | 41.427,0 | 48.921,4 | 157.764,4 | 174.481,9 |
| I.1. Receitas do Tesouro | 32.082,8 | 39.461,1 | 125.015,1 | 137.952,5 |
| I.1.1. Receita Bruta (1) | 32.541,5 | 39.891,6 | 127.070,9 | 139.657,6 |
| I.1.2. (-) Restituições | -458,7 | -430,5 | -2.055,8 | -1.705,1 |
| I.1.3. (-) Incentivos Fiscais | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| I.2. Receitas da Previdência Social | 9.193,9 | 9.280,9 | 32.252,4 | 35.997,1 |
| I.3. Receitas do Banco Central | 150,3 | 179,4 | 496,9 | 532,3 |
| II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS | 6.363,0 | 7.058,2 | 26.862,2 | 29.129,5 |
| III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II) | 35.064,0 | 41.863,2 | 130.902,2 | 145.352,5 |
| IV. DESPESA TOTAL | 27.835,9 | 27.007,2 | 101.173,2 | 115.743,6 |
| IV.1. Despesas do Tesouro | 15.883,7 | 14.979,6 | 57.818,9 | 66.759,7 |
| IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1) | 7.926,2 | 7.250,8 | 29.282,7 | 33.278,8 |
| IV.1.2. Custeio e Capital | 7.901,6 | 7.665,1 | 28.319,4 | 33.292,9 |
| IV.1.2.1. Despesa do FAT | 992,2 | 911,9 | 2.645,8 | 3.384,2 |
| IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2) | 31,8 | 243,2 | 2.364,7 | 2.898,5 |
| IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) | 862,2 | 868,6 | 2.716,0 | 3.434,1 |
| IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital | 6.015,4 | 5.641,5 | 20.592,9 | 23.576,0 |
| IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central | 55,9 | 63,7 | 216,8 | 188,0 |
| IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) | 11.806,3 | 11.890,6 | 42.851,8 | 48.504,1 |
| IV.3. Despesas do Banco Central | 145,9 | 137,0 | 502,5 | 479,8 |
| V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV) | 7.228,1 | 14.856,0 | 29.729,0 | 29.608,8 |
| V.1. Tesouro Nacional | 9.836,1 | 17.423,3 | 40.334,0 | 42.063,3 |
| V.2. Previdência Social (RGPS) (3) | -2.612,5 | -2.609,7 | -10.599,4 | -12.507,0 |
| V.3. Banco Central (4) | 4,4 | 42,4 | -5,6 | 52,5 |
| VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB | | | 5,03% | 4,66% |

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.
(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.
(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.
(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIÇÕES ACUMULADO: 2006/2005

| DISCRIMINAÇÃO | % |
|------------------------|--------------|
| Receitas | 10,6% |
| Tesouro | 10,3% |
| Previdência | 11,6% |
| Transferências | 8,4% |
| Receita Líquida | 11,0% |
| Despesas | 14,4% |
| Benefícios | 13,2% |
| Pessoal | 13,6% |
| Custeio e Capital | 17,6% |

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)

| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
|------------------------|--------------|--------------|
| Tesouro Nacional | 6,83% | 6,62% |
| Previdência Social | -1,79% | -1,97% |
| Banco Central | 0,00% | 0,01% |
| Governo Central | 5,03% | 4,66% |

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 39,9 bilhões em abril, contra R\$ 32,5 bilhões no mês anterior. O incremento de R\$ 7,4 bilhões deve-se ao acréscimo na arrecadação em todos os subgrupos da receita: impostos (R\$ 2,6 bilhões), contribuições sociais (R\$ 938,2 milhões) e demais receitas (R\$ 3,8 bilhões). O aumento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu dos seguintes fatores: i) recolhimento da primeira cota ou cota única do IRPF referente

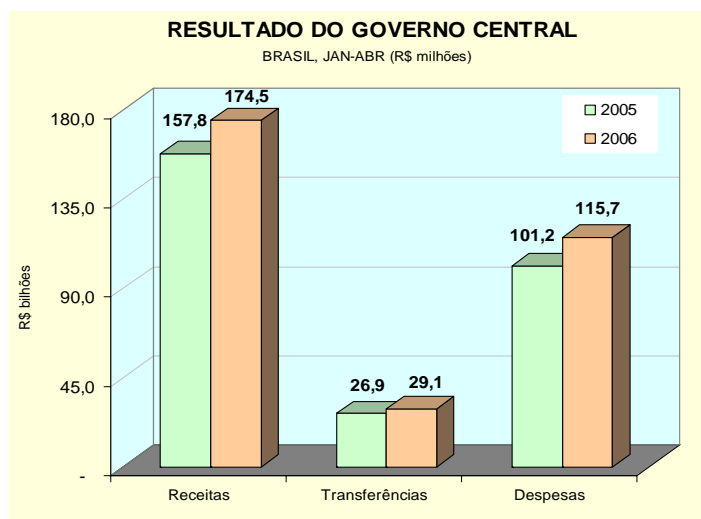
Em abril, a receita bruta do Tesouro foi de R\$ 39,9 bilhões, 22,6% superior a de março.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
 BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)

| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Receita Total | 26,70% | 27,46% |
| Transferências | 4,55% | 4,58% |
| Receita Líquida | 22,15% | 22,88% |
| Despesa Total | 17,12% | 18,22% |
| Resultado Primário | 5,03% | 4,66% |

à declaração de ajuste 2006 (ano base 2005), do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em março de 2006; e ii) maior número de dias úteis de fato gerador para tributos com apuração decendial. Já o significativo incremento nas demais receitas (99,8%) é explicado, basicamente: i) pelo pagamento de dividendos das empresas nas quais a União detém participação acionária – especialmente Caixa Econômica Federal (600,2 milhões), BNDES (R\$ 600,0 milhões) e Banco do Brasil (R\$ 430,1 milhões); ii) pelo recolhimento da taxa anual de fiscalização de serviços de telecomunicações (R\$ 1,2 bilhão); e iii) pelo recolhimento da participação especial da cota-parte de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural (R\$ 2,1 bilhões).

No acumulado do ano, as transferências a estados e municípios se elevaram de R\$ 26,9 bilhões para R\$ 29,1 bilhões (8,4%).



No quadrimestre, a receita bruta do Tesouro Nacional cresceu R\$ 12,6 bilhões (9,9%) em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando o montante de R\$ 139,7 bilhões. A arrecadação de impostos e contribuições, embora superior à do primeiro quadrimestre de 2005, apresentou variação proporcionalmente inferior à das demais receitas, já refletindo as medidas de desoneração tributária – estimadas em R\$ 19,2 bilhões para todo o exercício – adotadas recentemente (estímulo ao investimento produtivo, redução de impostos para as famílias, redução de tributos sobre a cesta básica, estímulo à poupança de longo prazo e às pequenas e médias empresas e incentivo à inovação). Por sua vez, o crescimento das demais receitas deve-se, principalmente, à evolução do pagamento referente às concessões (decorrente da assinatura de contratos para a exploração e produção de petróleo em 2005, com impacto financeiro em janeiro de 2006), ao volume recolhido a título de cota parte de compensações (em virtude dos incrementos na produção e no preço

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
 BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)

| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
|---------------------------|--------------|--------------|
| Receitas do Tesouro (*) | 21,15% | 21,71% |
| Transferências | 4,55% | 4,58% |
| Despesas do Tesouro | 9,78% | 10,51% |
| Resultado Primário | 6,83% | 6,62% |

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

internacional do petróleo), e ao incremento do pagamento de dividendos das empresas nas quais a União possui participação acionária.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 7,1 bilhões, em abril, contra R\$ 6,4 bilhões, em março, apresentando aumento de R\$ 695,2 milhões. O incremento se justifica pela elevação da arrecadação dos impostos partilhados e pelo repasse da parcela trimestral referente à CIDE-Combustíveis. No acumulado do ano, as transferências a estados e municípios cresceram 8,4%, passando de R\$ 26,9 bilhões, até abril de 2005, para R\$ 29,1 bilhões, até abril deste ano. As transferências constitucionais (FPM e FPE, sobretudo) cresceram 12,1%, um pouco acima do comportamento dos tributos partilhados, base de cálculo dessas transferências, os quais cresceram 10,2% no período. Por outro lado, caiu a transferência a título de auxílio financeiro a estados e municípios para fomento das exportações (Lei Complementar nº 115/2002), devido à não aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA-2006) até o mês de abril. Os valores repassados em 2006 (R\$ 447,2 milhões em janeiro) referem-se ao disposto na Medida Provisória nº 271, de 2005, que autorizou a União a realizar repasses adicionais até o valor de R\$ 900,0 milhões, sendo metade em dezembro do ano passado e metade em janeiro.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 15,0 bilhões em abril, contra R\$ 15,9 bilhões no mês anterior, apresentando redução de R\$ 904,1 milhões (5,9%). Os gastos com pessoal e encargos sociais tiveram queda significativa, passando de R\$ 7,9 bilhões em março, para R\$ 7,2 bilhões em abril, reflexo da redução do volume de recursos liberados para precatórios de natureza alimentícia (R\$ 12,5 milhões, em abril, contra R\$ 588,0 milhões, em março). Adicionalmente, os gastos com custeio e capital reduziram-se em 3,0%, parte como decorrência da diminuição das despesas discricionárias, parte em função de retornos das operações oficiais de crédito.

No acumulado de 2006, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 66,8 bilhões, contra R\$ 57,8 bilhões no mesmo período do ano anterior (aumento de 15,5%). As despesas com pessoal e encargos sociais e com custeio e capital cresceram R\$ 4,0 bilhões (13,6%) e R\$ 5,0 bilhões (17,6%), respectivamente. Com respeito a essas últimas, destaque para os incrementos de: i) R\$ 3,0 bilhões na rubrica outras despesas de custeio e capital (14,5%); ii) R\$ 738,3 milhões do FAT (27,9%); iii) R\$ 718,1 milhões de LOAS/RMV (26,4%); e iv) R\$ 533,8 milhões de subsídios, subvenções e despesas com reordenamento de passivos (22,6%). No que se refere às outras despesas de custeio e capital, as discricionárias apresentaram aumento de R\$ 1,8 bilhão (9,7%).

| TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS | | |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|
| BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões) | | |
| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
| Constitucionais (IR, IPI e outros) | 20.631,6 | 23.097,4 |
| CIDE - Combustíveis | 870,0 | 861,5 |
| Lei Complementar nº 115/2002 | 1.432,3 | 447,2 |
| Demais | 3.928,2 | 4.723,3 |
| Total | 26.862,2 | 29.129,5 |

| DESPESAS DO TESOURO NACIONAL | | |
|-------------------------------|--------------|--------------|
| BRASIL, JAN-ABR (% do PIB) | | |
| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
| Pessoal e Encargos | 4,96% | 5,24% |
| Custeio e Capital | 4,79% | 5,24% |
| Despesas do FAT | 0,45% | 0,53% |
| Subsídios e Subvenções /1 | 0,40% | 0,46% |
| LOAS/RMV | 0,48% | 0,54% |
| Outras | 3,48% | 3,71% |
| Transferência ao Bacen | 0,04% | 0,03% |

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

As despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), passíveis de redução da meta de superávit primário (nos termos do art. 3º da LDO-2006), totalizaram R\$ 473,8 milhões em 2006, sem contrapartida no ano anterior. Incluindo-se a parcela não passível de redução do resultado primário – classificada na rubrica de despesas discricionárias – o gasto total do PPI no quadrimestre atingiu R\$ 568,8 milhões.

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 12,5 bilhões no primeiro quadrimestre de 2006 (equivalente a 1,97% do PIB), refletindo o incremento na quantidade de benefícios e no valor médio pago.

A Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 12,5 bilhões no quadrimestre, contra R\$ 10,6 bilhões em igual período de 2005. O déficit primário do RGPS situou-se 0,18 ponto percentual acima do observado em 2005, alcançando 1,97% do PIB estimado para o quadrimestre.

A arrecadação líquida da Previdência atingiu o montante de R\$ 36,0 bilhões, com crescimento de 11,6% em relação ao mesmo período de 2005. Tal acréscimo é conseqüência do comportamento favorável do mercado de trabalho, com geração de novos postos formais de trabalho e evolução da massa salarial, sobre a qual incide a contribuição previdenciária.

A despesa com benefícios previdenciários, por sua vez, foi de R\$ 48,5 bilhões, representando aumento de 13,2% (R\$ 5,7 bilhões) em relação ao mesmo período de 2005. A quantidade média mensal de benefícios pagos apresentou elevação de 720,3 mil, distribuídos da seguinte forma: i) aumento de 564,6 mil benefícios previdenciários; ii) redução de 13,6 mil benefícios acidentários; e iii) incremento de 169,3 mil benefícios assistenciais.

Adicionalmente, cabe salientar que a despesa com benefícios previdenciários tem sido impactada sobremaneira pelo pagamento de sentenças judiciais – que já somam R\$ 2,2 bilhões até abril, de um total previsto de R\$ 4,8 bilhões para o ano – especialmente as referentes às requisições de pequeno valor advindas dos juizados especiais federais.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 39,9 bilhões em abril, contra R\$ 32,5 bilhões no mês anterior. Houve aumento de R\$ 3,6 bilhões em impostos e contribuições sociais e R\$ 3,8 bilhões nas demais receitas do Tesouro Nacional.

No que se refere a impostos e contribuições sociais, o incremento deveu-se, principalmente, aos seguintes pagamentos sazonais: i) primeira cota ou cota única do IRPF relativa à declaração de ajuste anual em 2006 (ano calendário de 2005), que se refletiu em acréscimo de R\$ 1,8 bilhão em relação a março;

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

| RESULTADO DA PREVIDÊNCIA | | |
|----------------------------|---------------|---------------|
| BRASIL, JAN-ABR (% do PIB) | | |
| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
| Contribuição | 5,46% | 5,67% |
| Benefícios | 7,25% | 7,63% |
| Resultado Primário | -1,79% | -1,97% |

e ii) primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em março, com incremento de R\$ 497,0 milhões e R\$ 530,0 milhões, respectivamente.

Além dos mencionados pagamentos sazonais, observou-se maior número de dias úteis de fato gerador para tributos com apuração decencial, com impacto positivo no recolhimento do IPI-Fumo, IPI-Bebidas, IPI-Automóveis, IRRF-Rendimentos de Capital, IRRF-Outros Rendimentos e o IOF (no conjunto, esses tributos apresentaram incremento de R\$ 635,8 milhões em relação a março) e a arrecadação atípica de IRPF relativa a ganhos de capital na alienação de bens e direitos (acréscimo de R\$ 146,0 milhões em relação ao mês anterior).

Por outro lado, em abril, houve menor arrecadação do Imposto de Importação e do IPI-Vinculado (queda de R\$ 105,5 milhões e R\$ 64,5 milhões, respectivamente).

As demais receitas do Tesouro Nacional somaram R\$ 7,5 bilhões, contra R\$ 3,8 bilhões no mês anterior. Contribuíram para esse comportamento: i) acréscimo de R\$ 2,1 bilhões relativos à parcela trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, com efeito sobre a receita da cota-parte de compensações financeiras; ii) impacto no caixa do Tesouro Nacional do recolhimento pela Anatel no valor de R\$ 1,2 bilhão referente a taxa anual de fiscalização de funcionamento dos serviços de telecomunicações (taxa fistel); e iii) acréscimo de R\$ 493,9 milhões na receita com dividendos, com destaque para pagamento efetuado pelo Banco do Brasil (R\$ 430,1 milhões), Caixa Econômica Federal (R\$ 600,2 milhões) e BNDES (R\$ 600,0 milhões), os dois últimos pagos ao Tesouro com títulos públicos.

| RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL | | |
|---|-----------------|-----------------|
| BRASIL, 2005-2006 (R\$ Milhões) ^{1/} | | |
| DISCRIMINAÇÃO | MAR/06 | ABR/06 |
| Impostos | 13.790,1 | 16.445,7 |
| Imposto de Renda | 10.455,6 | 12.928,0 |
| IPI | 2.043,9 | 2.240,3 |
| Outros | 1.290,6 | 1.277,4 |
| Contribuições | 14.987,3 | 15.925,5 |
| Cofins | 6.885,5 | 7.130,4 |
| CPMF | 2.645,2 | 2.667,2 |
| CSLL | 2.258,7 | 2.789,0 |
| Cide - Combustíveis | 570,6 | 706,6 |
| Outras | 2.627,4 | 2.632,3 |
| Demais | 3.764,1 | 7.520,3 |
| Cota parte | 721,5 | 2.854,8 |
| Diretamente Arrecadada | 1.031,5 | 2.180,2 |
| Dividendos da União | 1.365,3 | 1.859,2 |
| Pagamento Unificado ^{2/} | - | - |
| Outras | 645,8 | 626,1 |
| Total Bruto | 32.541,5 | 39.891,6 |

^{1/} Os valores referentes à retenção na fonte e retas foram distribuídos nos respectivos tributos.
^{2/} Pagamentos decorrentes do Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No primeiro quadrimestre, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 21,98% do PIB, dos quais 9,05% do PIB correspondentes à arrecadação de impostos, 9,82% de contribuições e 3,10% relativos às demais receitas.

Em termos nominais, no primeiro quadrimestre deste ano a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 12,6 bilhões (9,9%) quando comparada a igual período do ano anterior. Os impostos e as contribuições apresentaram incremento de R\$ 8,9 bilhões (8,1%), enquanto as demais receitas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 3,6 bilhões (22,1%), contra crescimento do PIB nominal de 7,5% no período.

A despeito das medidas de desoneração tributária adotadas recentemente (estímulo ao investimento produtivo, redução de impostos para as famílias, redução

| RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL | | |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| BRASIL, JAN-ABR (% do PIB) | | |
| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
| Impostos | 8,87% | 9,05% |
| Imposto de Renda | 6,65% | 6,90% |
| IPI | 1,40% | 1,36% |
| Outros | 0,82% | 0,80% |
| Contribuições | 9,91% | 9,82% |
| Cofins | 4,67% | 4,54% |
| CPMF | 1,56% | 1,58% |
| CSLL | 1,62% | 1,61% |
| Cide - Combustíveis | 0,43% | 0,39% |
| Outras | 1,64% | 1,70% |
| Demais | 2,72% | 3,10% |
| Cota parte | 0,95% | 1,09% |
| Diretamente Arrecadada | 0,79% | 0,85% |
| Dividendos da União | 0,40% | 0,64% |
| Pagamento Unificado /1 | 0,17% | 0,00% |
| Outras | 0,41% | 0,51% |
| Total Bruto | 21,50% | 21,98% |

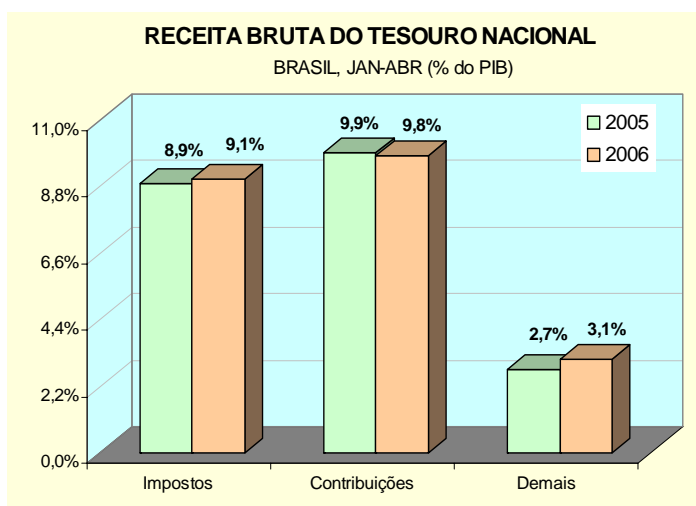
/1 Em 2005 inclui pagamentos decorrentes do País, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

As receitas brutas do Tesouro Nacional passaram de 21,50% do PIB, no primeiro quadrimestral de 2005, para 21,98% em igual período deste ano. O imposto de renda, as compensações financeiras e os dividendos da União explicam boa parte desse crescimento.

de tributos sobre a cesta básica, estímulo à poupança de longo prazo e a pequenas e médias empresas e incentivo à inovação), os principais fatores que afetaram positivamente a arrecadação de tributos administrados pela Receita Federal foram:

i) acréscimo de R\$ 2,5 bilhões no IRPJ e de R\$ 735,0 milhões na CSLL em função do crescimento da arrecadação verificados no setor de refino de petróleo; recuperação de débitos em atraso referente ao setor de extração de minerais metálicos e retomada do pagamento regular por parte de algumas instituições financeiras que em 2005 estavam com demanda judicial relativa ao IRPJ;

ii) elevação de R\$ 1,1 bilhão na Cofins, em decorrência do maior faturamento das empresas;



iii) aumento de R\$ 1,0 bilhão no recolhimento de IRRF-Capital em decorrência do crescimento do item referente a juros remuneratórios sobre o capital próprio e maior volume de resgates de aplicação financeira em renda fixa em 2006;

iv) acréscimo de R\$ 783,1 milhões da CPMF;

v) crescimento de R\$ 766,0 milhões na receita com PIS/Pasep explicado pela arrecadação atípica referente a depósito judicial nos meses de março e abril; e

vi) elevação de R\$ 512,9 milhões do IRRF-Trabalho, como resultado da mudança de sistemática de apuração do tributo, conforme Lei nº 11.196/2005.

vii) incremento de R\$ 250,0 milhões (23,5%) na arrecadação do IPI-Automóveis, explicado pelo aumento de 8,5% no volume de vendas ao mercado interno e pelo recolhimento reduzido, em 2005, decorrente de compensações de débitos com créditos relativos a pagamento efetuado a maior em exercícios anteriores.

Por outro lado, houve redução de R\$ 140,0 milhões na arrecadação do IPI-Outros, como consequência da redução para zero das alíquotas referentes aos bens de capital a partir de julho de 2005, conforme Decreto nº 5.468, de 2005, e redução das alíquotas referentes aos insumos da construção civil a partir fevereiro de 2006, conforme Decreto nº 5.697, de 2006.

A arrecadação das demais receitas apresentou incremento de R\$ 3,6 bilhões, em relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior, decorrente, principalmente, do aumento de R\$ 1,7 bilhão na arrecadação referente a dividendos pagos por empresas em que a União detém participação acionária, como decorrência da maior lucratividade obtida por essas empresas no exercício anterior. Houve, também, acréscimo de R\$ 1,3 bilhão na receita com origem na participação especial da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural (R\$ 1,4 bilhão), refletindo os níveis mais elevados dos preços internacionais do petróleo relativamente ao primeiro quadrimestre de 2005. Verificou-se, ademais, acréscimo nas receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração pública federal (R\$ 725,2 milhões) concentrado, basicamente, no recolhimento da taxa de fiscalização de serviços de telecomunicações da Anatel, que refletiu, entre outros fatores, o maior número de habilitações de aparelhos celulares, em 2005, relativamente a 2004. Por fim, a receita com concessões apresentou acréscimo de R\$ 586,7 milhões, em boa parte como decorrência do recolhimento de R\$ 556,5 milhões feito pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), relativo ao bônus de assinatura de contrato de concessão de áreas para exploração e produção de petróleo de 2005, com impacto financeiro este ano.

Em abril, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 7,0 bilhões, contra R\$ 6,4 bilhões em março, correspondendo a um acréscimo de 10,9%. Destaque no mês para a transferência trimestral da CIDE-combustíveis, no montante de R\$ 414,9 milhões, e para as transferências relativas a fundos constitucionais que superaram em R\$ 663,6 milhões as realizadas no mês anterior, acompanhando o crescimento das receitas compartilhadas, em especial o Imposto de Renda.

No ano, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 29,1 bilhões (correspondendo a 4,58% do PIB), superior em R\$ 2,3 bilhões às registradas em igual período de 2005. Esse crescimento decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) aumento de R\$ 2,5 bilhões nas transferências dos fundos de participação (FPE e FPM), em razão da maior arrecadação de IR e de IPI, base para o cálculo dessas transferências; e ii) elevação de R\$ 622,3 milhões no repasse de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, em decorrência basicamente do aumento do preço do petróleo. Por outro lado, houve

| DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões) | | |
|---|-----------------|-----------------|
| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
| Demais | 16.054,0 | 19.703,9 |
| Cota parte | 5.607,4 | 6.954,9 |
| Plano do Servidor (CPSS) | 1.185,8 | 1.341,0 |
| Diretamente Arrecadada | 4.696,5 | 5.421,7 |
| Dividendos da União | 2.349,7 | 4.072,6 |
| Pagamento unificado | 987,0 | - |
| Concessões | 169,1 | 755,8 |
| Outras | 1.058,6 | 1.158,0 |

| DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões) | | |
|---|----------------|----------------|
| EMPRESAS | 2005 | 2006 |
| Petrobras | 1.081,8 | 1.440,6 |
| Banco do Brasil | 169,2 | 1.164,5 |
| Caixa | 501,1 | 600,2 |
| BNDES | 375,8 | 600,0 |
| Correios | - | 91,9 |
| IRB | 120,2 | 130,1 |
| BNB | 36,8 | 28,9 |
| Demais | 64,9 | 16,4 |
| Total | 2.349,7 | 4.072,6 |

Transferências a Estados e Municípios

| BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR+IPI) | | |
|--|-----------------|-----------------|
| Decêndio | R\$ milhões | |
| | MAR/06 | ABR/06 |
| Terceiro Decêndio | 6.204,8 | 6.873,3 |
| Primeiro Decêndio | 3.407,7 | 3.765,5 |
| Segundo Decêndio | 1.847,2 | 2.262,7 |
| Total | 11.459,6 | 12.901,6 |

| TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-ABR (% do PIB) | | |
|---|--------------|--------------|
| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
| Constitucionais (IR, IPI e outros) | 3,49% | 3,64% |
| CIDE - Combustíveis | 0,15% | 0,14% |
| Lei Complementar nº 115/2002 | 0,24% | 0,07% |
| Demais | 0,66% | 0,74% |
| Total | 4,55% | 4,58% |

redução de R\$ 985,1 milhões nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002, em razão da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2006 somente no mês abril. Com efeito, nos meses de fevereiro a abril de 2006, os recursos não foram repassados aos Estados.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em abril, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 15,0 bilhões, apresentando redução de R\$ 904,1 milhões (5,7%) relativamente a março, não obstante o aumento dos gastos com subsídios e subvenções econômicas. A redução concentrou-se, principalmente, nas despesas de pessoal e encargos sociais (R\$ 675,5 milhões) – explicada pelo pagamento de precatórios de pessoal da Justiça do Trabalho (R\$ 12,5 milhões, em abril, contra R\$ 588,0 milhões, em março) – e outras despesas de custeio e capital (R\$ 373,9 milhões).

Os gastos totais com custeio e capital atingiram R\$ 7,7 bilhões, apresentando redução de R\$ 236,4 milhões, dos quais R\$ 80,3 milhões relativos a despesas com seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e R\$ 373,9 milhões a outras despesas de custeio e capital, compensados pelo aumento dos gastos com subsídios e subvenções econômicas de R\$ 211,4 milhões.

O aumento nos dispêndios com subsídios e subvenções econômicas decorreu, principalmente, dos gastos com o Programa de Sustentação de Preços, Custeio Agropecuário e Programa Especial de Saneamento de Ativos - Pesa, em abril, no montante total de R\$ 78,2 milhões e da despesa líquida de R\$ 41,8 milhões no Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), contra retorno líquido de R\$ 194,0 milhões no mês anterior.

As outras despesas de custeio e capital atingiram o montante de R\$ 5,6 bilhões em abril, contra R\$ 6,0 bilhões no mês anterior. Houve redução de R\$ 128,0 milhões nos gastos com Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), R\$ 79,4 milhões com sentenças judiciais e R\$ 52,7 milhões com o funcionamento dos Poderes Legislativo e Judiciário, e aumento de R\$ 55,4 milhões na execução das despesas decorrentes de créditos extraordinários.

As despesas discricionárias apresentaram queda de R\$ 225,9 milhões (4,3%), concentradas principalmente nos Ministérios da Saúde (R\$ 203,0 milhões), dos Transportes (R\$ 80,2 milhões) e do Desenvolvimento Social (R\$ 16,0 milhões). Por outro lado, houve aumento dessas despesas nos Ministérios da Educação, Integração Social e Agricultura (R\$ 75,3 milhões).

| DESPESAS DO TESOURO NACIONAL | | |
|---------------------------------|-------------|-------------|
| BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões) | | |
| DISCRIMINAÇÃO | MAR/06 | ABR/06 |
| Pessoal e Encargos | 7.926,2 | 7.250,8 |
| Custeio e Capital | 7.901,6 | 7.665,1 |
| Despesas do FAT | 992,2 | 911,9 |
| Subsídios e Subvenções /1 | 31,8 | 243,2 |
| LOAS/RMV | 862,2 | 868,6 |
| Outras | 6.015,4 | 5.641,5 |
| Transferência ao Bacen | 55,9 | 63,7 |

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

| SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS | | |
|-----------------------------------|---------------------|---------------|
| BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões) | | |
| DISCRIMINAÇÃO /1 | MAR/06 ² | ABR/06 |
| Agricultura | (132,4) | 187,8 |
| Custeio Agropecuário | - | 25,9 |
| Investimento Rural | - | 0,1 |
| Preços Agrícolas | 54,6 | 100,8 |
| - EGF | - | 0,5 |
| - AGF | (5,6) | (0,0) |
| - Sustentação de preços | 60,2 | 100,3 |
| Pronaf | (194,0) | 41,8 |
| Pesa | 7,0 | 19,2 |
| Cacau | - | - |
| Fundo da Terra/Incra | 32,3 | 3,2 |
| Outras áreas | (14,5) | (88,8) |
| Habitação (PSH) | 3,4 | - |
| Exportação (Proex) | (12,4) | (33,6) |
| FND (BNDES) | (37,7) | (58,4) |
| Total | (146,9) | 99,0 |

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

/2 Dados revisados

Boxe 1 – Decreto de Programação Financeira

O Decreto nº 5.698, de 08/02/06, dispôs sobre a execução orçamentária e financeira dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo estabelecendo que a execução orçamentária da despesa limitava-se a 1/12 (um doze avos) mensal do valor de cada dotação prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2006, até a sanção da respectiva lei. Tais limites vigoraram até a publicação do Decreto nº 5.780, de 19/05/2006, que estabeleceu a programação orçamentária e financeira para o ano. Com base na revisão dos valores relativos às receitas e despesas do exercício, identificou-se necessidade de limitação de empenho e pagamento da ordem de R\$ 14,2 bilhões, conforme tabela abaixo.

| Discriminação | R\$ milhões | |
|---|--------------------------------|----------|
| | Variação em relação à LOA 2006 | |
| 1. Receita Primária Total, exceto Arrecadação Líquida do INSS | | (660,4) |
| 2. Transferências a Estados e Municípios | | (561,9) |
| 3. Receita Líquida | | (98,5) |
| 4. Despesas Obrigatórias, exceto Benefícios Previdenciários | | 5.334,4 |
| 5. Déficit do RGPS* | | 7.950,6 |
| 6. Alteração da Meta Nominal de Resultado Primário | | 868,8 |
| 7. Leju + MPU | | 5,0 |
| 8. Despesa Primária não incorporada pelo Congresso Nacional | | 10,7 |
| 9. Ajuste Necessário (-3 + 4 + 5 + 6 + 7 - 8) | | 14.246,6 |

* Não considera a reserva para o reajuste do salário mínimo

Dos valores autorizados para pagamento, constituiu-se reserva técnica de R\$ 5,6 bilhões, que será apropriada posteriormente aos órgãos e/ou unidades orçamentárias de acordo com as necessidades de execução, mediante ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda. Vale ressaltar que o estabelecimento do limite de empenho e pagamento compatível com a meta fixada de superávit primário de 4,25% reflete o comprometimento do governo com a manutenção de uma política fiscal consistente e a sustentabilidade da dívida pública no longo prazo. Da mesma forma, foram preservados os valores necessários ao atendimento das despesas obrigatórias da União, compatibilizando-os com a continuidade ao controle das despesas caracterizadas como gastos-meio.

A meta de resultado primário para o Governo Federal até o agosto foi estabelecida em R\$ 52,2 bilhões, dos quais R\$ 42,9 bilhões relativos ao Governo Central e R\$ 9,3 bilhões a empresas estatais federais. Para o ano, a meta do Governo Federal foi fixada em R\$ 70,5 bilhões, sendo R\$ 52,6 bilhões para o Governo Central e R\$ 17,9 bilhões. Em atendimento ao art. 3º da Lei nº 1.178, de 20/09/2005 (LDO-2006), as despesas relativas ao Projeto-Piloto de Investimentos terão tratamento destacado no resultado primário, até o limite de R\$ 3,0 bilhões em 2006.

No primeiro quadrimestre de 2006, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,51% do PIB, contra 9,78% do PIB no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 8,9 bilhões (15,5%) em relação a 2005, acima do crescimento do PIB nominal no período (7,5%). Destacam-se os incrementos de R\$ 4,0 bilhões (13,6%) nos gastos com pessoal e encargos sociais e de R\$ 5,0 bilhões (17,6%) nas despesas de custeio e capital.

Os dispêndios com a folha salarial aumentaram de 4,96% do PIB, em 2005, para 5,24% do PIB, em 2006. No Poder Legislativo, o aumento nominal foi de R\$ 1,8 bilhão, dos quais R\$ 818,3 milhões relativos aos precatórios de pessoal das Justiças do Trabalho e Federal. Do incremento observado no Poder Executivo (R\$ 2,2 bilhões), R\$ 1,0 bilhão decorreu da reestruturação da carreira dos servidores militares.

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 4,79% do PIB, para 5,24% do PIB, registram-se as despesas do FAT, que atingiram R\$ 3,4 bi-

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

| DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-ABR (% do PIB) | | |
|--|--------------|--------------|
| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
| Pessoal e Encargos | 4,96% | 5,24% |
| Custeio e Capital | 4,79% | 5,24% |
| Despesas do FAT | 0,45% | 0,53% |
| Subsídios e Subvenções /1 | 0,40% | 0,46% |
| LOAS/RMV | 0,46% | 0,54% |
| Outras | 3,48% | 3,71% |
| Transferência ao Bacen | 0,04% | 0,03% |

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

lhões no primeiro quadrimestre de 2006, contra R\$ 2,6 bilhões no mesmo período do ano anterior.

As despesas com LOAS/RMV aumentaram 26,4% em 2006. A média dos benefícios emitidos no primeiro quadrimestre é 11% superior à média de igual período do ano anterior.

| QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2006 | | | | | | |
|---|------------|---|-----------|---|-------------------------|---|
| | Total LOAS | Variação em relação à média do ano anterior | Idoso | Variação em relação à média do ano anterior | Portador de Deficiência | Variação em relação à média do ano anterior |
| média 2001 | 1.290.690 | - | 444.190 | - | 846.500 | - |
| média 2002 | 1.455.205 | 13% | 531.617 | 20% | 923.588 | 9% |
| média 2003 | 1.631.497 | 12% | 627.693 | 18% | 1.003.804 | 9% |
| média 2004 | 1.898.903 | 16% | 821.288 | 30% | 1.077.615 | 7% |
| média 2005 | 2.173.634 | 15% | 1.002.778 | 23% | 1.170.856 | 9% |
| média 1º quad/05 | 2.102.443 | | 959.340 | | 1.143.103 | |
| média 1º quad/06 | 2.323.911 | 11% | 1.092.004 | 14% | 1.231.908 | 10% |

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 718,1 milhões (26,4%) em relação ao acumulado até abril de 2005. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo em 2005 e o crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 11% no primeiro quadrimestre de 2006, se comparado com o mesmo período do ano anterior. Do total de benefícios pagos, 1,1 milhão foram destinados aos idosos e 1,2 milhão aos portadores de deficiência.

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 2,9 bilhões no primeiro quadrimestre de 2006, incremento de R\$ 533,8 milhões, grande parte explicado pelos subsídios aos fundos regionais (R\$ 417,9 milhões) e o aumento de capital da Empresa Gestora de Ativos – Emgea (R\$ 291,4 milhões).

No que se refere aos subsídios aos fundos regionais, estes totalizaram R\$ 868,7 milhões no acumulado até abril de 2006, contra R\$ 450,8 milhões no mesmo período do ano anterior. Este resultado reflete o maior provisionamento do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), como decorrência da aplicação da Portaria Interministerial nº 11, de 28/12/2005.

No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se queda de R\$ 175,5 milhões relativamente ao primeiro quadrimestre do ano anterior, com destaque para as despesas do Programa de Aquisição Governo Federal (R\$ 291,4 milhões), do Fundo Nacional de Desenvolvimento (R\$ 257,6 milhões), do Programa Nacional de Agricultura Familiar (R\$ 154,8 milhões) e Proex (R\$ 147,8 milhões), não obstante o aumento das despesas com o Programa de Sustentação de Preços (R\$ 246,0 milhões), o Programa Especial de Saneamento de Ativos – Pesa (R\$ 131,4 milhões) e equalização no Programa Investimento Rural (R\$ 273,3 milhões).

| SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões) | | |
|--|--------------|-------------------|
| DISCRIMINAÇÃO /1 | 2005 | 2006 ² |
| Agricultura | 516,3 | 783,5 |
| Custeio Agropecuário | 55,0 | 59,8 |
| Investimento Rural | 27,2 | 300,5 |
| Preços Agrícolas | 335,8 | 291,2 |
| - EGF | 0,5 | 1,3 |
| - AGF | 303,1 | 11,7 |
| - Sustentação de preços | 32,3 | 278,3 |
| Pronaf | 67,5 | -87,3 |
| Pesa | 0,0 | 131,3 |
| Cacau | 0,0 | 0,6 |
| Securitização | 0,0 | 0,0 |
| Fundo da Terra/Incrá | 30,8 | 87,2 |
| Outros | 206,6 | -236,1 |
| Habituação (PSH) | 43,6 | 6,4 |
| FND | 69,9 | -187,7 |
| Exportação (Proex) | 93,0 | -54,8 |
| Total | 722,9 | 547,4 |

^{1/1} Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.
^{2/2} Dados revisados

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, verificou-se incremento de R\$ 3,0 bilhões em relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior. As despesas com sentenças judiciais aumentaram em R\$ 261,1 milhões (43,4%) em relação ao ano passado. Houve também elevação de R\$ 346,7 milhões (346,7%) com execução de despesas por conta de créditos extraordinários. As despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), passíveis de redução da meta de superávit primário (nos termos do art. 3º da LDO2006), totalizaram R\$ 473,8 milhões em 2006, sem contrapartida no ano anterior. Incluindo-se a parcela não passível de redução do resultado primário – classificada na rubrica de despesas discricionárias – o gasto total do PPI no quadrimestre atingiu R\$ 568,8 milhões.

As despesas discricionárias cresceram R\$ 1,8 bilhão (9,7%), dos quais R\$ 783,5 milhões corresponderam à despesa com o Ministério do Desenvolvimento Social. Houve também crescimento significativo dessas despesas nos Ministérios da Saúde (R\$ 468,6 milhões), Educação (R\$ 403,8 milhões), dos Transportes (R\$ 209,7 milhões) e da Integração Nacional (R\$ 199,2 milhões), compensado pelo menor dinamismo em outros órgãos.

Com relação à execução de restos a pagar (RP) no primeiro quadrimestre do ano, o montante pago correspondeu a R\$ 5,2 bilhões, equivalentes a 29,6% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). Dos restos a pagar pagos até abril, R\$ 2,5 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 20,6% do total de RP de investimento no ano, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios de Transportes (R\$ 827,7 milhões) e da Saúde (R\$ 396,0 milhões).

Em abril, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 2,6 bilhões, levando o déficit do RGPS do primeiro quadrimestre de 2006 para R\$ 12,5 bilhões, contra R\$ 10,6 bilhões observados em igual período de 2005 (incremento de 18,0%).

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 9,3 bilhões em abril, representando aumento de 0,9% frente aos ingressos líquidos de março. Tal comportamento deve-se, principalmente, ao aumento na arrecadação do Simples, que passou de R\$ 526,4 milhões para R\$ 595,9 milhões; e à diminuição das transferências a terceiros, que passaram de R\$ 736,8 milhões para R\$ 700,5 milhões. A despesa com benefícios elevou-se a R\$ 11,9 bilhões, importando em aumento de 0,7%.

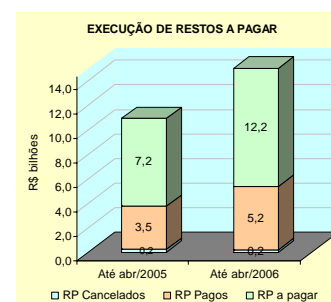
| OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-ABR (R\$ milhões) | | |
|---|-----------------|-----------------|
| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
| Sentenças Judiciais | 600,7 | 861,7 |
| Legislativo/Judiciário | 1.187,5 | 1.354,8 |
| Crédito Extraordinário | 100,0 | 446,7 |
| Projeto Piloto de Investimento ³ | - | 473,8 |
| Outras Obrigatórias ¹ | 184,9 | 116,4 |
| Discricionárias ² | 18.519,7 | 20.322,6 |
| d/q Min. da Saúde | 9.878,5 | 10.347,1 |
| Min. do Desen. Social | 1.680,6 | 2.464,1 |
| Min. da Educação | 1.570,7 | 1.974,6 |
| Min. dos Transportes | 391,6 | 601,3 |
| Min. da Integração Nacional | 123,2 | 322,4 |
| Min. da Justiça | 276,5 | 320,6 |
| Min. da Previdência Social | 356,3 | 227,5 |
| Min. da Defesa | 1.078,2 | 845,4 |
| Min. do Desen. Agrário | 418,6 | 213,0 |
| Demais | 2.745,5 | 3.006,6 |
| Total | 20.592,9 | 23.576,0 |

¹ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integração de cotas de organismos internacionais.

² Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesa do PPI não passível de reduzir meta de superávit primário.

³ Inclui despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.178, de 20/09/05 (LDO-2006).

Foram pagos, até abril, 29,6% do total de restos a pagar (RP) inscritos.



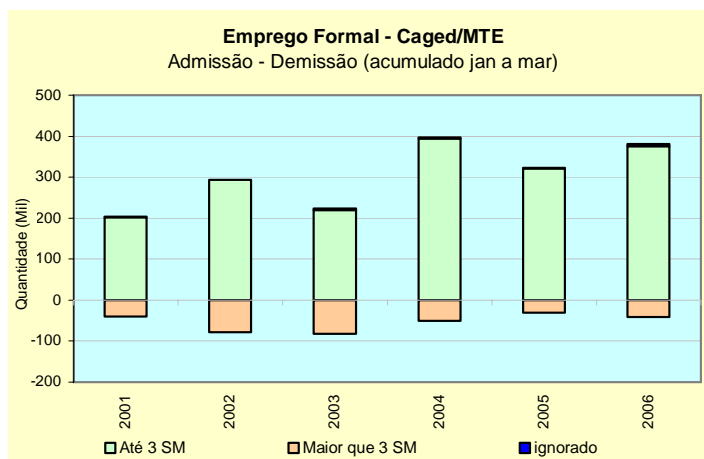
Previdência Social

Em abril, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,6 bilhões. No ano, o déficit acumulado atingiu R\$ 12,5 bilhões, equivalentes a 1,97% do PIB.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

| DISCRIMINAÇÃO | R\$ milhões | | | |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| | MAR | ABR | JAN-ABR | |
| | 2006 | 2006 | 2005 | 2006 |
| I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | 9.193,9 | 9.280,9 | 32.252,4 | 35.997,1 |
| Arrecadação Bruta | 9.976,9 | 10.011,6 | 34.752,4 | 39.508,6 |
| - Contribuição Previdenciária | 9.284,9 | 9.246,5 | 32.238,8 | 36.369,1 |
| - Simples | 526,4 | 595,9 | 1.518,2 | 2.225,9 |
| - CFT | 45,4 | 22,0 | 216,3 | 216,3 |
| - Depósitos Judiciais | 78,3 | 107,2 | 587,8 | 531,4 |
| - Refis | 25,4 | 24,3 | 138,1 | 98,4 |
| - Outras Receitas | 16,5 | 15,7 | 53,2 | 67,5 |
| (-) Restituição/Devolução | -46,3 | -30,2 | -76,0 | -116,1 |
| (-) Transferências a Terceiros | -736,8 | -700,5 | -2.423,9 | -3.395,4 |
| II. BENEFÍCIOS | 11.806,3 | 11.890,6 | 42.851,8 | 48.504,1 |
| Benefícios Previdenciários | 11.806,3 | 11.889,6 | 42.851,8 | 48.503,1 |
| III. RESULTADO PRIMÁRIO | -2.612,5 | -2.609,7 | -10.599,4 | -12.507,0 |
| IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB | | | -1,79% | -1,97% |

No acumulado do ano, a arrecadação líquida cresceu 11,6% (R\$ 3,7 bilhões) frente ao mesmo período de 2005, refletindo, em parte, o comportamento do emprego no setor formal, com impacto direto nas receitas previdenciárias (contribuição sobre a folha de pagamento e Simples). Segundo dados do Caged, foram gerados 340 mil novos empregos entre janeiro e março de 2006, frente a 292 mil novos postos observados em igual período do ano anterior.



BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, MÉDIA JAN-ABR

| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 | % |
|---------------------|-------|-------|------|
| Quantidade Total* | 23,2 | 23,9 | 3,1% |
| Quantidade RGPS* | 20,6 | 21,1 | 2,7% |
| Valor médio Total** | 444,1 | 483,9 | 9,0% |
| Valor médio RGPS** | 467,3 | 506,2 | 8,3% |

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 48,5 bilhões no acumulado até abril de 2006, representando aumento de 13,2% (R\$ 5,7 bilhões) em relação ao mesmo período de 2005, em virtude, principalmente, do crescimento de: i) 8,3% no valor médio dos benefícios pagos pelo RGPS, com reflexo do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) 551,0 mil na quantidade média mensal de benefícios pagos,

equivalente a cerca de 2,7% no estoque. Ressalta-se que no caso específico dos valores e das quantidades dos benefícios emitidos, a apuração é efetuada utilizando o critério de competência e, portanto, já refletem o reajuste do salário mínimo e demais benefícios concedidos em abril de 2006. Destacam-se ainda as despesas com sentenças judiciais, que passaram de R\$ 2,1 bilhões no primeiro quadrimestre de 2005 para R\$ 2,2 bilhões no mesmo período de 2006, representando incremento de 5,6%.

Boxe 2 – Reajuste dos benefícios previdenciários

A MP nº 288, de 30 de março de 2006, alterou o valor do salário mínimo de R\$ 300,00 para R\$ 350,00 a partir de 1º de abril. Isso representa uma recomposição real do salário mínimo de 13,04%, considerando-se a variação do INPC de maio de 2005 a março de 2006. Pela MP nº 291, de 13 de abril de 2006, a Previdência Social reajustou os benefícios com valores superiores ao mínimo em 5,0% a partir de 1º de maio de 2006. O Decreto nº 5.756, também de 13 de abril de 2006, estabeleceu o limite máximo do salário-de-contribuição e do salário-de-benefício em R\$ 2.801,56. O efeito dos reajustes do salário mínimo e dos demais benefícios impactam o caixa do Tesouro Nacional a partir de maio. Ambos foram contemplados nas projeções do Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, onde se estima um déficit do RGPS da ordem de R\$ 43,2 bilhões.

O crescimento do número de benefícios pagos no primeiro quadrimestre de 2006 contra o mesmo período de 2005 correspondeu a variações no estoque de 459,8 mil aposentadorias (3,6%), 221,5 mil de LOAS (10,5%) e 154,5 mil pensões por morte (2,7%).

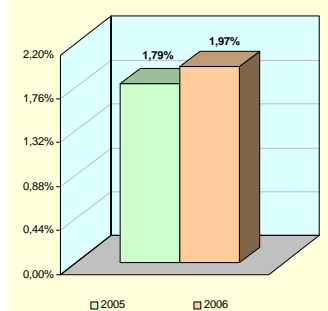
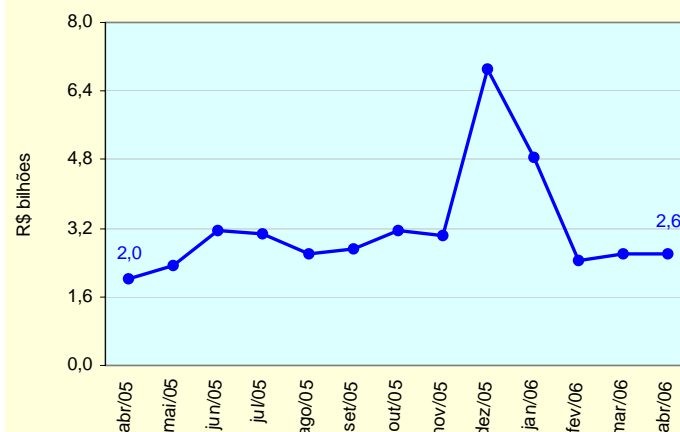
| | Em mil benefícios | | | |
|--|-------------------|---------------|---------------|---------------|
| | MAR | ABR | MÉDIA JAN-ABR | |
| | 2006 | 2006 | 2005 | 2006 |
| TOTAL | 23.954 | 23.904 | 23.222 | 23.941 |
| Benefícios do RGPS | 21.109 | 21.046 | 20.552 | 21.103 |
| Previdenciários | 20.370 | 20.317 | 19.797 | 20.362 |
| Aposentadorias | 13.157 | 13.187 | 12.679 | 13.139 |
| Idade | 6.731 | 6.751 | 6.489 | 6.724 |
| Invalidez | 2.703 | 2.709 | 2.545 | 2.699 |
| Tempo de contribuição | 3.723 | 3.727 | 3.646 | 3.717 |
| Pensão por morte | 5.816 | 5.828 | 5.655 | 5.809 |
| Auxílio-Doença | 1.325 | 1.231 | 1.391 | 1.342 |
| Salário - maternidade | 39 | 38 | 46 | 38 |
| Outros | 33 | 34 | 27 | 33 |
| Acidentários | 739 | 729 | 755 | 742 |
| Aposentadorias | 145 | 145 | 138 | 145 |
| Pensão por morte | 130 | 130 | 130 | 130 |
| Auxílio - doença | 107 | 97 | 130 | 110 |
| Auxílio - acidente | 268 | 268 | 266 | 268 |
| Auxílio - suplementar | 88 | 88 | 91 | 89 |
| Assistenciais | 2.836 | 2.849 | 2.660 | 2.829 |
| Amparos Assistenciais - LOAS | 2.333 | 2.349 | 2.102 | 2.324 |
| Idoso | 1.097 | 1.108 | 959 | 1.092 |
| Portador de deficiência | 1.236 | 1.242 | 1.143 | 1.232 |
| Pensões mensais vitalícias | 17 | 17 | 17 | 17 |
| Rendas mensais vitalícias | 487 | 483 | 540 | 489 |
| Idade | 153 | 151 | 176 | 154 |
| Invalidez | 334 | 332 | 364 | 335 |
| Encargos Previdenciários da União (EPU) | 9 | 9 | 10 | 9 |

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA

BRASIL, JAN-ABR (% do PIB)

| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Contribuição | 5,46% | 5,67% |
| Benefícios | 7,25% | 7,63% |
| Resultado Primário | -1,79% | -1,97% |

Ao final do primeiro quadrimestre, a necessidade de financiamento do RGPS totalizou R\$ 12,5 bilhões, apresentando elevação nominal de 18,0% (R\$ 1,9 bilhão) em relação ao primeiro quadrimestre de 2005. Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,21 ponto percentual em relação ao primeiro quadrimestre do ano passado, sendo insuficiente para cobrir o aumento de 0,38 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS situou-se 0,18 ponto percentual acima do observado em 2005, atingindo 1,97% do PIB.

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
 BRASIL, Jan-Abri (% do PIB)

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
 BRASIL, 2005/2006


A Dívida Líquida do Tesouro Nacional reduziu-se de R\$ 553,3 bilhões, em março, para R\$ 513,3 bilhões, em abril de 2006, o que em percentual do PIB equivale a uma redução da ordem de 2,2 pontos. A Dívida Interna Líquida reduziu-se em R\$ 23,9 bilhões devido, principalmente, aos resgates líquidos da DPMFi, os quais alcançaram R\$ 27,9 bilhões. Em função da concentração dos vencimentos de LTN em abril, os títulos prefixados tiveram sua participação na DPMFi reduzida em 1,12 ponto percentual, ao passo que a parcela daquelas indexados a índices de preços e à taxa Selic ampliaram-se em 0,70 e 0,43 ponto percentual, respectivamente. Ainda no âmbito da DPMFi, observou-se redução do custo médio acumulado em 12 meses, em 0,34 ponto percentual, e aumento da vida média, em 0,26 mês. Por sua vez, a redução da Dívida Externa Líquida, equivalente a 0,8 ponto percentual do PIB, resultou da conjugação de vários fatores, em especial a conclusão do processo de resgate antecipado dos *bradies*.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em abril, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 513,3 bilhões, inferior ao saldo de março em R\$ 40,0 bilhões. A Dívida Interna Líquida reduziu-se em R\$ 23,9 bilhões, explicado em grande medida pelos resgates líquidos da DPMFi. A Dívida Externa Líquida decresceu R\$ 16,0 bilhões, devido, em especial, ao resgate antecipado dos *bradies*. Além disso, contribuíram para a redução da Dívida Externa Líquida a apreciação cambial no mês, os pagamentos antecipados da dívida junto ao Clube de Paris e outras amortizações regulares da dívida contratual.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

| DISCRIMINAÇÃO | R\$ milhões | | |
|---|----------------|----------------|----------------|
| | 2005 | 2006 | |
| | ABR | MAR | ABR |
| I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA | 251.386 | 401.570 | 377.623 |
| Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹ | 863.749 | 1.019.527 | 1.002.197 |
| Dívida Contratual da STN | -453.837 | -450.592 | -453.972 |
| Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações | -158.526 | -167.365 | -170.602 |
| II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA | 192.182 | 151.723 | 135.714 |
| Dívida Mobiliária em Poder do Público | 156.422 | 126.066 | 108.178 |
| Títulos Depositados em Garantia | -3.740 | -3.030 | 0 |
| Dívida Contratual | 39.844 | 28.995 | 27.856 |
| Disponibilidades | -343 | -308 | -320 |
| III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II) | 443.568 | 553.293 | 513.336 |
| IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB | 24,3% | 28,1% | 25,9% |

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

*A Dívida Líquida do Tesouro Nacional reduziu-se em R\$ 40,0 bilhões, explicado em grande medida pelos resgates líquidos da DPMFi e do resgate antecipado dos *bradies*.*

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado passou de R\$ 401,6 bilhões, em março, para R\$ 377,6 bilhões, em abril. Em relação ao PIB acumulado em 12 meses, essa redução foi da ordem de 1,3 ponto percentual frente ao observado no mês anterior. Tal comportamento decorreu, principalmente, dos resgates líquidos da DPMFi, com ênfase nas LTN.

Em abril, o saldo da dívida interna líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 377,6 bilhões.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 | |
|--|-----------------|------------------|------------------|
| | ABR | MAR | ABR |
| DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA | 251.386 | 401.570 | 377.623 |
| DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO | 863.749 | 1.019.527 | 1.002.197 |
| LFT | 502.752 | 457.330 | 453.762 |
| LTN | 172.040 | 280.715 | 262.579 |
| NTN-B | 27.477 | 142.531 | 147.028 |
| NTN-C | 80.963 | 65.042 | 64.137 |
| NTN-D | 5.904 | 3.736 | 3.637 |
| Demais | 46.943 | 48.861 | 49.720 |
| Dívida Securitizada | 24.905 | 17.905 | 17.936 |
| TDA | 2.766 | 3.407 | 3.398 |
| DÍVIDA CONTRATUAL | -612.363 | -617.957 | -624.574 |
| <i>Tesouro Nacional</i> | -453.837 | -450.592 | -453.972 |
| Dívida Bancária | 24.975 | 24.579 | 24.539 |
| Lei nº 7.976/89 | -7.266 | -5.319 | -5.130 |
| Lei nº 8.727/93 | -48.044 | -47.461 | -47.401 |
| Lei nº 9.496/97 | -248.071 | -253.806 | -253.340 |
| Renegociação Dívida Municipais | -37.330 | -38.719 | -38.793 |
| Demais Haveres da STN | -138.100 | -129.865 | -133.848 |
| <i>Fundos, Autarquias e Fundações</i> | -158.526 | -167.365 | -170.602 |
| FAT | -109.751 | -119.582 | -122.474 |
| Demais Entidades | -48.775 | -47.784 | -48.128 |
| DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB | 47,3% | 51,7% | 50,6% |
| DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB | -33,5% | -31,3% | -31,5% |
| DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB | -24,9% | -22,9% | -22,9% |
| DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB | 13,8% | 20,4% | 19,1% |

Emissões e Resgates

Em abril, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 20,4 bilhões, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates, por sua vez, alcançaram R\$ 48,3 bilhões, resultando em resgate líquido de R\$ 27,9 bilhões. O elevado volume dos resgates líquidos reflete uma postura mais conservadora do Tesouro Nacional, em decorrência da elevada volatilidade verificada no mercado internacional.

No mês de abril, houve resgate líquido da DPMFi no montante de R\$ 27,9 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 20,3 bilhões, sendo: i) R\$ 14,1 bilhões em LTN, com vencimentos em janeiro e outubro de 2007 e janeiro e julho de 2008; ii) R\$ 4,4 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2008, 2010 e 2024; e iii) R\$ 1,8 bilhão em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2010 e 2012.

As emissões diretas de títulos da DPMFi totalizaram R\$ 32,6 milhões, distribuídas da seguinte forma: i) R\$ 27,1 milhões em NTN-I para o Proex; ii) R\$ 5,1 milhões em títulos da dívida securitizada para novação de dívidas; e iii) R\$ 335,0 mil em CFT-B para o Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

TABELA 6
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, ABR/2006

| R\$ milhões | | | | |
|----------------------------------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| FATOS | OFERTAS PÚBLICAS | EMISSÕES DIRETAS | TESOURO DIRETO | TOTAL |
| I. EMISSÕES | 20.314,4 | 32,6 | 61,8 | 20.408,9 |
| LFT | 0,0 | 0,0 | 11,5 | 11,5 |
| LTN | 14.125,8 | 0,0 | 32,8 | 14.158,6 |
| NTN-B | 4.436,2 | 0,0 | 12,6 | 4.448,8 |
| NTN-C | 0,0 | 0,0 | 1,6 | 1,6 |
| NTN-D | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| NTN-F | 1.752,4 | 0,0 | 3,3 | 1.755,7 |
| TDA | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Securitizada* | 0,0 | 5,1 | 0,0 | 5,1 |
| Demais | 0,0 | 27,5 | 0,0 | 27,5 |
| II. RESGATES** | 45.440,0 | 2.778,4 | 77,3 | 48.295,6 |
| LFT | 7.300,2 | 457,3 | 4,1 | 7.761,7 |
| LTN | 35.548,1 | 0,0 | 62,1 | 35.610,2 |
| NTN-B | 1.387,6 | 0,0 | 4,8 | 1.392,5 |
| NTN-C | 1.161,9 | 103,7 | 5,6 | 1.271,1 |
| NTN-D | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| NTN-F | 42,2 | 0,0 | 0,6 | 42,7 |
| TDA | 0,0 | 24,2 | 0,0 | 24,2 |
| Securitizada* | 0,0 | 1.280,7 | 0,0 | 1.280,7 |
| Demais | 0,0 | 912,5 | 0,0 | 912,5 |
| III. VALOR LÍQUIDO (I-II) | -25.125,5 | -2.745,8 | -15,5 | -27.886,8 |

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

Boxe 3 – Tesouro Direto

Em abril, o programa Tesouro Direto alcançou R\$ 61,8 milhões em vendas. Em relação ao mesmo período em 2005, observou-se um aumento de 34,1% no montante vendido.

O título mais demandado pelos investidores foi a LTN, representando 53,1% do montante vendido, seguida pela NTN-B (incluindo NTN-B principal), com 20,3%, e pela LFT, com 18,6%.

No mês, ocorreu o cadastro de 1.627 novos investidores no programa, o que representou aumento de 35,9% em relação ao mesmo período do ano passado. Destaca-se que o número de investidores cadastrados atingiu 57.905 pessoas.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 61,8 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 32,8 milhões em LTN com vencimentos em outubro de 2006, janeiro, abril, julho e outubro de 2007 e janeiro e julho de 2008; ii) R\$ 12,6 milhões em NTN-B com vencimentos em maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2008, 2010 e 2024; iii) R\$ 11,5 milhões em LFT com vencimentos em março de 2009 e 2010; iv) R\$ 3,3 milhões em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008 e 2010; e v) R\$ 1,6 milhão em NTN-C com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em abril, atingiu R\$ 48,3 bilhões, sendo R\$ 44,2 bilhões referentes ao vencimento de principal e juros e R\$ 4,1 bilhões referentes a cancelamentos. Os resgates mais expressivos concentraram-se nas LTN, R\$ 35,6 bilhões, em consonância com o perfil de vencimentos indicado no Plano Anual de Financiamento (PAF 2006). Por sua vez, os cancelamentos mais importantes foram: i) R\$ 1,8 bilhão em LFT, R\$ 589,2 milhões de NTN-B, R\$ 297,9 milhões em NTN-C e R\$ 236,8 milhões

em CFT-A, todos aceitos em leilões de NTN-B; ii) R\$ 1,2 bilhão em títulos da dívida securitizada, em pagamento de dividendos do BNDES e da Caixa Econômica Federal; e iii) R\$ 42,2 milhões em NTN-F aceitos nos leilões de troca por LTN.

Composição

Em relação à composição da DPMFi, observou-se redução na participação de títulos com rentabilidade prefixada (1,12 ponto percentual) em função do resgate líquido de LTN, no valor de R\$ 21,5 bilhões. Conforme já mencionado, essa variação é de natureza sazonal, consoante o perfil de vencimentos da DPMFi sinalizado no PAF 2006.

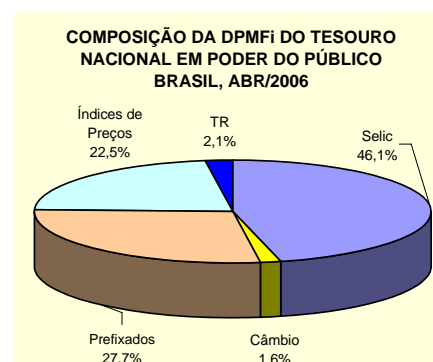
Por fatores sazonais, os títulos prefixados tiveram sua participação reduzida em 1,12 ponto percentual. Por outro lado, os títulos indexados a índices de preços e à taxa Selic ampliaram-se em 0,70 e 0,43 ponto percentual, respectivamente.

Por outro lado, a participação de títulos remunerados por índice de preços apresentou aumento de 0,70 ponto percentual, devido à emissão líquida de NTN-B no valor de R\$ 3,1 bilhões, apesar do resgate líquido de NTN-C, no valor de R\$ 1,3 bilhão. A participação de títulos remunerados pela taxa Selic também registrou aumento de 0,43 ponto percentual, mesmo com o resgate líquido de LFT no valor de R\$ 7,8 bilhões, explicado pela diminuição do estoque da DPMFi no mês em virtude do expressivo resgate líquido de LTN.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE* BRASIL, 2005/2006

| INDEXADOR | 2006 (%) | | |
|-------------------|----------|-------|-------|
| | 2005 | | 2006 |
| | ABR | MAR | ABR |
| Selic | 59,59 | 45,63 | 46,06 |
| Câmbio | 2,48 | 1,68 | 1,63 |
| Prefixados | 20,58 | 28,86 | 27,74 |
| Índices de Preços | 14,66 | 21,77 | 22,47 |
| TR | 2,69 | 2,07 | 2,10 |

* Não inclui dívida agrícola.



Boxe 4 – Títulos Indexados a Índices de Preços

Seguindo diretrizes de administração da dívida pública e visando a fortalecer o mercado de títulos públicos remunerados a índices de preços, o Tesouro Nacional realizou, no mês de abril, leilões de NTN-B, títulos remunerados pelo IPCA.

O montante emitido de NTN-B, em abril, foi de R\$ 4,4 bilhões. No leilão realizado nos dias 11 e 12 de abril, com liquidação financeira no dia 13, foram emitidos R\$ 2,3 bilhões. Desse montante, 63,2% (R\$ 1,5 bilhão) foram recebidos em troca por outros títulos e 36,8% (R\$ 847,7 milhões) em dinheiro. O título mais demandado foi aquele com vencimento em 2045, representando 32,8% do total vendido e saindo à taxa de 8,00% a.a.. Os títulos com vencimento em 2008, 2009, 2010, 2011, 2015, 2024 e 2035 foram vendidos às taxas de 9,90% a.a., 9,90% a.a., 9,87% a.a., 9,70% a.a., 8,40% a.a., 8,00% a.a. e 8,00% a.a., respectivamente. Destaque para o prazo médio de emissão, com 98,6% dos títulos emitidos com prazo de vencimento de 4 anos ou mais.

O segundo leilão de NTN-B foi realizado nos dias 25 e 26 de abril, com liquidação financeira no dia 27. O montante vendido foi de R\$ 2,2 bilhões, sendo que 65,4% (R\$ 1,4 bilhão) foram recebidos em troca por outros títulos e 34,6% (R\$ 746,1 milhões) em dinheiro. Destaca-se que o título com vencimento em 2010 foi o mais demandado, saindo à taxa de 9,85% a.a.. Aqueles com vencimento em 2008, 2009 e 2011 foram vendidos às taxas de 9,97% a.a., 9,90% a.a. e 9,75% a.a., respectivamente.

O custo médio da DPMFi em poder do público apresentou redução, passando de 16,11% a.a., em março, para 13,97% a.a., em abril, devido a: i) maior deflação do IGP-M (0,42%, em abril, contra 0,23%, em março), diminuindo o custo da NTN-C em 3,53 pontos percentuais; ii) menor variação do IPCA (0,21%, em abril, contra 0,43%, em março), diminuindo o custo da NTN-B em 2,11 pontos percentuais; iii) redução da taxa Selic de 1,42%, em março, para 1,08%, em abril, reduzindo o custo da LFT em 0,55 ponto percentual; e iv) apreciação do real frente ao dólar americano (de 3,83%, em abril, contra depreciação de 1,73%, em março), diminuindo o custo anual da NTN-D em 70,30 pontos percentuais. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi também apresentou redução, passando de 15,89% a.a., em março, para 15,14% a.a. em abril.

TABELA 8

**CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

BRASIL, 2005/2006

(% anual)

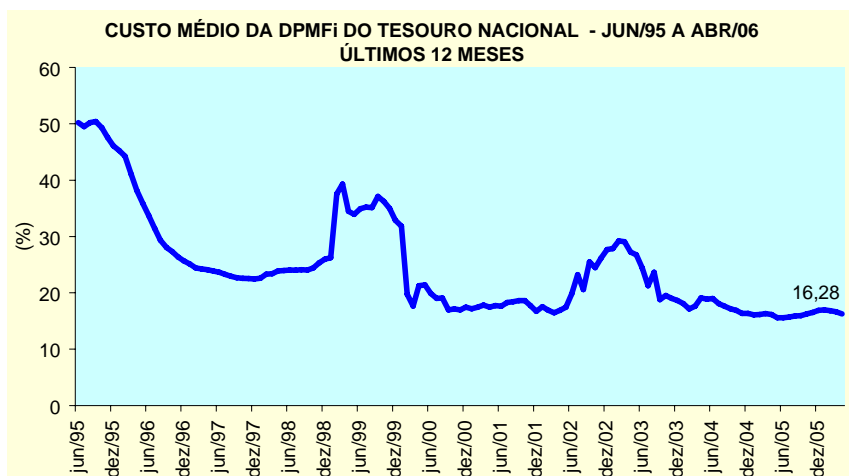
| PERÍODO | | TOTAL (1) | TOTAL (2) |
|-------------|-------------|-----------|-----------|
| 2005 | Abr | 18,20 | 16,71 |
| | Mai | 17,03 | 15,04 |
| | Jun | 16,74 | 15,81 |
| | Jul | 16,91 | 17,22 |
| | Ago | 16,51 | 15,96 |
| | Set | 16,64 | 14,58 |
| | Out | 18,74 | 18,94 |
| | Nov | 18,55 | 17,69 |
| | Dez | 17,51 | 18,85 |
| | 2006 | Jan | 18,06 |
| Fev | | 16,68 | 15,40 |
| Mar | | 15,89 | 16,11 |
| Abr | | 15,14 | 13,97 |

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio anualizado da DPMFi em poder do público reduziu-se em 2,14 pontos percentuais, reflexo do comportamento favorável dos principais indexadores.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi apresentou redução, ao passar de 16,62% a.a., em março, para 16,28% a.a., em abril, em função do declínio das taxas Selic, IPCA e IGP-M (1,08%, 0,21% e -0,42%, em abril de 2006, contra 1,41%, 0,87% e 0,86%, no mesmo mês do ano anterior, respectivamente). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.

O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 16,28% a.a., apresentando redução de 0,34 ponto percentual em relação ao mês anterior.



Prazo Médio

Em comparação a março, o prazo médio da DPMFi em poder do público cresceu 0,34 mês, em função da emissão de LTN e NTN-C de prazos mais longos e do aumento da participação dos títulos atrelados a índices de preços.

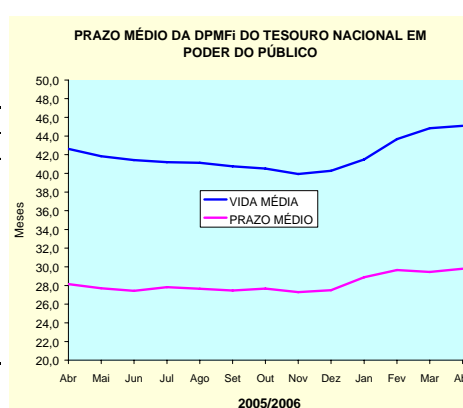
Em abril, o prazo médio da DPMFi teve acréscimo de 0,34 mês. Contribuíram para este aumento as emissões de LTN e NTN-C com prazo médio de 16,79 meses e 217,29 meses, superiores ao prazo médio de seus estoques em março (9,83 meses e 79,86 meses, respectivamente), além da mudança na composição da DPMFi em favor dos títulos atrelados a índices de preços, que são mais longos. A vida média da DPMFi também elevou-se, passando de 44,83 meses, em março, para 45,09 meses, em abril, em função dos fatores citados anteriormente.

| PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO | | | |
|--|--------------|--------------|--------------|
| BRASIL, 2005/2006 | | | |
| TÍTULOS | Meses | | |
| | 2005 | 2006 | |
| | ABR | MAR | ABR |
| LTN | 6,94 | 9,83 | 10,69 |
| LFT | 18,09 | 18,63 | 18,01 |
| NTN-B | 104,69 | 59,19 | 58,81 |
| NTN-C | 67,42 | 79,86 | 80,41 |
| NTN-D | 18,30 | 12,27 | 11,33 |
| TDA | 64,07 | 61,90 | 61,15 |
| Divida Securitizada* | 76,26 | 86,58 | 85,29 |
| Demais | 91,46 | 79,04 | 77,09 |
| TOTAL | 28,16 | 29,45 | 29,79 |

(*) Inclui dívida agrícola.

| TABELA 9 | | | | | |
|--|----------------|-----------------|--------------|-------|-------|
| PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO | | | | | |
| BRASIL, 2005/2006 | | | | | |
| PERÍODO | VIDA MÉDIA (1) | PRAZO MÉDIO (2) | | | |
| | | TOTAL | OF. PUB. (3) | | |
| 2005 | Abr | 42,62 | 28,16 | 21,50 | |
| | Mai | 41,83 | 27,69 | 21,16 | |
| | Jun | 41,44 | 27,42 | 21,01 | |
| | Jul | 41,19 | 27,81 | 21,59 | |
| | Ago | 41,13 | 27,65 | 21,43 | |
| | Set | 40,75 | 27,46 | 21,43 | |
| | Out | 40,52 | 27,67 | 21,87 | |
| | Nov | 39,93 | 27,28 | 21,65 | |
| | Dez | 40,28 | 27,49 | 21,90 | |
| | 2006 | Jan | 41,50 | 28,89 | 23,50 |
| | | Fev | 43,67 | 29,67 | 24,59 |
| Mar | | 44,83 | 29,45 | 24,43 | |
| Abr | | 45,09 | 29,79 | 24,83 | |

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
 (2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
 (3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



Dívida Externa Líquida

Em abril, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês em R\$ 135,7 bilhões, com redução de 10,6% em relação a março. Essa queda decorreu dos seguintes fatores: i) valorização da moeda nacional em

relação ao dólar americano, da ordem de 3,83%; ii) pré-pagamento de obrigações junto ao Clube de Paris; iii) amortizações regulares de outras dívidas contratuais; e, principalmente, iv) resgate antecipado dos *bradies*. Na moeda norte-americana, o saldo devedor sofreu um decréscimo de 7,07%, reduzindo-se para US\$ 65,1 bilhões.

Cumpra ainda mencionar que o resgate dos *bradies Par Bond* e *Discount Bond* liberou garantias que, em março, totalizavam o equivalente a R\$ 3,0 bilhões. Dessa forma, tais haveres integrarão as reservas internacionais brasileiras, não sendo mais registradas na Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional. Com esses pagamentos, os chamados Bônus de Renegociação restringem-se atualmente ao BIB (*Brazil Investment Bond*), considerado um pré-*Brady*, que não possui cláusula de recompra e representa menos de 0,5% do estoque total da DPMFe.

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

| DISCRIMINAÇÃO | R\$ milhões | | |
|---|----------------|----------------|----------------|
| | 2005 ABR | 2006 MAR | 2006 ABR |
| I. DÍVIDA MOBILIÁRIA | 156.422 | 126.066 | 108.178 |
| Bônus de Renegociação | 34.186 | 14.535 | 485 |
| Bônus de Captação | 122.235 | 111.531 | 107.692 |
| II. DÍVIDA CONTRATUAL | 39.844 | 28.995 | 27.856 |
| Organismos Multilaterais | 22.927 | 20.640 | 20.033 |
| Bancos Privados/Ag. Governamentais | 7.968 | 6.656 | 6.394 |
| Clube de Paris | 8.948 | 1.699 | 1.429 |
| DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II) | 196.265 | 155.061 | 136.033 |
| III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA | -3.740 | -3.030 | 0 |
| IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES | -343 | -308 | -320 |
| DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV) | 192.182 | 151.723 | 135.714 |
| DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB | 10,5% | 7,7% | 6,8% |

Em abril, a dívida externa líquida expressa em reais diminuiu R\$ 16,0 bilhões (0,8 ponto percentual do PIB), reflexo, principalmente, do resgate antecipado de bradies.

Considerando os pagamentos antecipados citados no parágrafo anterior, o serviço da DPFe, em abril, totalizou R\$ 16,2 bilhões, dos quais R\$ 14,4 bilhões referem-se ao pagamento de principal e R\$ 1,7 bilhão ao pagamento de juros e encargos. Dentre esses resgates antecipados merece destaque a conclusão dos resgates dos bônus *bradies*, cujos pagamentos de principal em abril totalizaram R\$ 13,8 bilhões, e os juros e encargos perfizeram R\$ 376,2 milhões. Por sua vez, os pré-pagamentos ao Clube de Paris alcançaram R\$ 248,4 milhões, dos quais apenas R\$ 4,0 milhões referem-se a juros e encargos.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 16,2 bilhões no mês, dos quais R\$ 14,2 bilhões referem-se aos pré-pagamentos de bradies.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, ABR/2006

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | PRINCIPAL | JUROS E ENCARGOS | TOTAL |
|---------------------------------------|-----------------|------------------|-----------------|
| I. ENCARGOS TOTAIS¹ | 14.423,6 | 1.728,1 | 16.151,7 |
| I.1. Organismos Multilaterais | 122,2 | 86,5 | 208,8 |
| I.2. Bancos Privados / Ag.Gov. | 222,3 | 127,4 | 349,7 |
| I.3. Clube de Paris | 244,4 | 4,0 | 248,4 |
| I.4. Dívida Mobiliária | 13.834,7 | 1.510,1 | 15.344,8 |
| BEA/Bradies | 13.834,7 | 376,2 | 14.210,8 |
| Global 2008 | 0,0 | 112,9 | 112,9 |
| Global 2009 | 0,0 | 257,0 | 257,0 |
| Global 2010 | 0,0 | 240,5 | 240,5 |
| Global 2019 | 0,0 | 142,0 | 142,0 |
| Global 2024 | 0,0 | 281,6 | 281,6 |
| Marco Alemão 2008 | 0,0 | 65,3 | 65,3 |
| Samurai 2007 | 0,0 | 34,5 | 34,5 |
| Outros | 0,0 | 0,1 | 0,1 |

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

Boxe 5 – Brasil Efetua Resgate Antecipado dos Bradies

O Tesouro Nacional exerceu no dia 18 de abril de 2006 seu direito de resgate antecipado (*call*), ao par, do estoque remanescente dos bônus *bradies* em mercado. À exceção dos demais, o resgate do *Eligible Interest (EI)* obedeceu ao cronograma original do título, cujo vencimento estava previsto para 15/04/2006. A medida teve como objetivo a eliminação de todos os títulos emitidos no âmbito do Plano Brady, associados à renegociação da dívida externa, iniciada na década de 80 e concluída em 1994.

O resgate antecipado dos *bradies*, no valor de US\$ 6,6 bilhões, foi efetuado por meio da aquisição de reservas internacionais junto ao Banco Central. Considerando que o Tesouro Nacional já havia adquirido, antecipadamente, US\$ 840 milhões em mercado, a necessidade de reservas se reduziu para US\$ 5,8 bilhões.

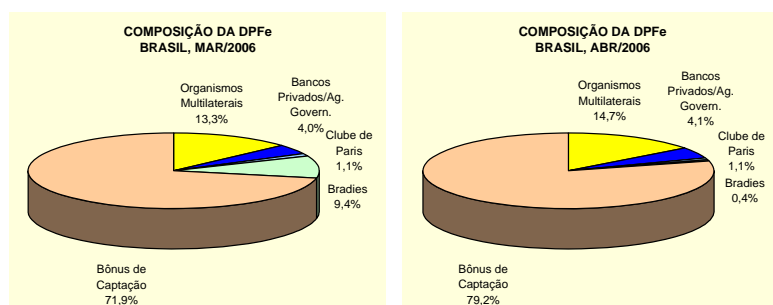
Cabe ressaltar que o resgate dos títulos *Par* e *Discount* liberou garantias (*treasuries* do Tesouro Americano) no valor de mercado de US\$ 1,4 bilhão, que se somarão, posteriormente, às reservas internacionais brasileiras. Logo, ao final do processo, o impacto sobre as reservas internacionais será de apenas US\$ 4,4 bilhões. Comparando-se os custos de financiamento da dívida cancelada com a expectativa de remuneração das reservas internacionais, o Tesouro Nacional obterá ganhos da ordem de US\$ 344,0 milhões com a operação.

A redução do serviço da Dívida Pública Mobiliária Federal externa – DPMFe com o resgate antecipado dos Bônus de Captação de curto prazo já efetuado (para maiores informações sobre o Programa de Resgate Antecipado ver relatório de fevereiro de 2006) e com a *call* dos *bradies* será de US\$ 14,7 bilhões, sendo US\$ 10,2 bilhões em principal e US\$ 4,5 bilhões em juros.

Com o pré-pagamento da dívida junto ao Clube de Paris, o resgate antecipado dos títulos que vencem até 2010 e o exercício da *call* dos *bradies*, a dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional passará dos US\$ 75,9 bilhões, em dezembro de 2005, para menos de US\$ 65 bilhões, ao fim de 2006.

Em relação à composição da DPFe, houve redução significativa da participação dos *bradies*, em virtude dos resgates antecipados ocorridos no mês em questão. Assim, houve aumento na composição dos Organismos Multilaterais (1,34 ponto percentual), dos Bancos Privados/Agências Governamentais (0,41 ponto percentual) e, principalmente, dos Bônus de Captação (7,30 pontos percentuais).

Composição



Em abril, os bônus de captação aumentaram sua participação na DPFe em 7,30 pontos percentuais, basicamente em virtude do resgate antecipado dos bradies.

O prazo médio da dívida mobiliária externa apresentou pequeno acréscimo em relação a março, passando de 6,77 anos para 6,86 anos, devido ao fato de os Bônus de Captação com prazo médio mais longo terem aumentado sua participação no estoque da Dívida, em função do resgate antecipado dos *bradies*. Pela mesma razão a vida média aumentou, passando de 13,42 anos, em março, para 13,76 anos, em abril. O custo médio, em dólares, sofreu acréscimo, passando de 9,24% a.a. em março, para 9,73% a.a. em abril.

Prazo e Custo Médio

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2005/2006

| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | | 2006 |
|------------------------|--------------|--------------|--------------|
| | ABR | MAR | ABR |
| PRAZO MÉDIO (1) | 5,78 | 6,77 | 6,86 |
| Bônus de Renegociação | 5,63 | 5,63 | 3,42 |
| Bônus de Captação | 5,82 | 6,92 | 6,88 |
| Globais | 6,79 | 7,66 | 7,63 |
| Euros | 3,01 | 3,80 | 3,73 |
| Demais | 1,82 | 1,21 | 1,17 |
| VIDA MÉDIA (2) | 11,57 | 13,42 | 13,76 |
| Bônus de Renegociação | 9,85 | 9,73 | 7,37 |
| Bônus de Captação | 12,05 | 13,90 | 13,79 |
| Globais | 14,67 | 15,89 | 15,80 |
| Euros | 4,60 | 4,99 | 4,91 |
| Demais | 1,91 | 1,27 | 1,19 |
| CUSTO MÉDIO (3) | 9,22 | 9,24 | 9,73 |
| Bônus de Renegociação | 6,06 | 5,39 | 6,00 |
| Bônus de Captação | 10,10 | 9,74 | 9,74 |
| Globais | 10,46 | 9,85 | 9,86 |
| Euros | 9,76 | 9,78 | 9,78 |
| Demais | 6,06 | 6,59 | 6,60 |

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

Em abril, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa elevou-se para 6,86 anos, reflexo do aumento da participação dos Bônus de Captação no total da DPMFe.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

| | Abr/2005 | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr/2006 |
|---|-----------------|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------|
| I. RECEITA TOTAL | 42.799,8 | 36.936,6 | 40.441,6 | 40.193,2 | 39.248,5 | 36.722,7 | 41.439,6 | 39.810,6 | 55.817,9 | 45.552,6 | 38.580,9 | 41.427,0 | 48.921,4 |
| I.1. Receitas do Tesouro | 34.091,1 | 28.638,9 | 31.692,4 | 31.604,4 | 30.212,9 | 27.864,4 | 32.627,2 | 30.660,0 | 40.231,3 | 37.276,1 | 29.132,5 | 32.082,8 | 39.461,1 |
| I.1.1. Receita Bruta | 34.615,1 | 29.369,7 | 33.419,6 | 33.960,3 | 31.298,3 | 30.268,1 | 34.343,8 | 31.686,2 | 41.021,4 | 37.702,7 | 29.521,9 | 32.541,5 | 39.891,6 |
| - Impostos | 14.643,1 | 12.178,2 | 15.977,8 | 12.899,3 | 13.097,6 | 12.424,5 | 13.925,0 | 13.609,0 | 20.015,8 | 14.559,7 | 12.736,0 | 13.790,1 | 16.445,7 |
| - Contribuições | 14.976,9 | 14.028,6 | 14.810,5 | 16.309,9 | 15.010,9 | 15.206,0 | 15.728,2 | 15.452,0 | 16.418,9 | 17.237,8 | 14.271,6 | 14.987,3 | 15.925,5 |
| - Demais (1) | 4.995,1 | 3.162,8 | 2.631,3 | 4.751,1 | 3.189,9 | 2.637,6 | 4.690,6 | 2.625,2 | 4.586,7 | 5.905,2 | 2.514,3 | 3.764,1 | 7.520,3 |
| I.1.2. (-) Restituições | -524,0 | -730,8 | -1.727,2 | -2.356,0 | -1.085,4 | -2.403,6 | -1.716,6 | -1.026,1 | -783,1 | -426,6 | -389,3 | -458,7 | -430,5 |
| I.1.3. (-) Incentivos Fiscais | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -7,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| I.2. Receitas da Previdência Social | 8.598,3 | 8.187,8 | 8.589,1 | 8.474,5 | 8.952,4 | 8.748,2 | 8.699,0 | 9.044,1 | 15.486,6 | 8.203,7 | 9.318,6 | 9.193,9 | 9.280,9 |
| I.3. Receitas do Banco Central | 110,4 | 109,9 | 160,1 | 114,3 | 83,3 | 110,1 | 113,3 | 106,5 | 100,0 | 72,8 | 129,8 | 150,3 | 179,4 |
| II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS | 6.557,4 | 7.996,6 | 6.648,0 | 6.463,2 | 6.751,1 | 5.401,6 | 6.330,7 | 8.216,6 | 9.266,7 | 8.434,3 | 7.274,0 | 6.363,0 | 7.058,2 |
| II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras) | 5.198,0 | 5.835,6 | 5.625,7 | 4.652,7 | 4.822,5 | 4.058,9 | 4.685,1 | 5.818,1 | 7.625,5 | 6.441,0 | 5.536,5 | 5.228,1 | 5.891,7 |
| II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 | 353,2 | 359,5 | 357,4 | 344,9 | 365,2 | 363,9 | 350,4 | 366,6 | 817,1 | 447,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| II.3. Transferências da Cide | 430,1 | 0,0 | 0,0 | 453,5 | 0,0 | 0,0 | 452,5 | 0,0 | 0,0 | 446,6 | 0,0 | 0,0 | 414,9 |
| II.4. Demais | 576,0 | 1.801,5 | 664,9 | 1.012,0 | 1.563,4 | 978,8 | 842,6 | 2.032,0 | 824,0 | 1.099,4 | 1.737,5 | 1.134,8 | 751,6 |
| III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II) | 36.242,4 | 28.939,9 | 33.793,6 | 33.730,0 | 32.497,5 | 31.321,0 | 35.108,9 | 31.593,9 | 46.551,2 | 37.118,3 | 31.306,9 | 35.064,0 | 41.863,2 |
| IV. DESPESA TOTAL | 23.552,0 | 26.224,5 | 27.978,5 | 28.975,1 | 28.742,6 | 28.554,1 | 29.315,8 | 30.315,9 | 50.560,4 | 33.164,2 | 27.736,4 | 27.835,9 | 27.007,2 |
| IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1) | 6.575,6 | 6.739,6 | 7.561,2 | 8.617,9 | 7.031,6 | 7.134,2 | 6.858,8 | 8.110,2 | 10.894,7 | 10.023,7 | 8.078,1 | 7.926,2 | 7.250,8 |
| IV.2. Benefícios Previdenciários | 10.611,6 | 10.530,9 | 11.735,9 | 11.561,3 | 11.560,7 | 11.461,3 | 11.836,4 | 12.071,4 | 22.400,5 | 13.047,8 | 11.759,4 | 11.806,3 | 11.890,6 |
| IV.3. Custeio e Capital | 6.197,2 | 8.773,6 | 8.510,1 | 8.618,5 | 9.827,9 | 9.784,9 | 10.425,5 | 10.000,8 | 17.079,3 | 10.002,2 | 7.724,0 | 7.901,6 | 7.665,1 |
| IV.3.1. Despesa do FAT | 671,5 | 862,2 | 860,6 | 1.309,3 | 1.737,4 | 1.272,7 | 1.081,0 | 1.200,8 | 930,1 | 950,9 | 529,2 | 992,2 | 911,9 |
| IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3) | 18,3 | 424,4 | 347,7 | 525,5 | 349,6 | 1.001,1 | 1.531,4 | 553,7 | 3.235,2 | 2.200,8 | 422,7 | 31,8 | 243,2 |
| IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4) | 703,8 | 712,2 | 819,6 | 821,7 | 826,6 | 830,3 | 837,5 | 840,9 | 848,3 | 850,9 | 852,5 | 862,2 | 868,6 |
| IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital | 4.803,7 | 6.774,8 | 6.482,2 | 5.962,0 | 6.914,3 | 6.680,8 | 6.975,6 | 7.405,4 | 12.065,6 | 5.999,7 | 5.919,5 | 6.015,4 | 5.641,5 |
| IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central | 51,7 | 53,7 | 50,3 | 49,3 | 22,7 | 53,7 | 55,9 | 15,9 | 34,5 | 1,5 | 67,0 | 55,9 | 63,7 |
| IV.5. Despesas do Banco Central | 115,8 | 126,7 | 121,0 | 128,1 | 299,8 | 120,0 | 139,2 | 117,5 | 151,5 | 89,0 | 107,9 | 145,9 | 137,0 |
| V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV) | 12.690,4 | 2.715,4 | 5.815,2 | 4.754,9 | 3.754,8 | 2.766,9 | 5.793,1 | 1.278,0 | -4.009,2 | 3.954,1 | 3.570,6 | 7.228,1 | 14.856,0 |
| V.1. Tesouro Nacional | 14.709,2 | 5.075,3 | 8.922,9 | 7.855,5 | 6.579,6 | 5.490,0 | 8.956,3 | 4.316,5 | 2.956,2 | 8.814,4 | 5.989,4 | 9.836,1 | 17.423,3 |
| V.2. Previdência Social (RGPS) (5) | -2.013,3 | -2.343,1 | -3.146,8 | -3.086,8 | -2.608,3 | -2.713,1 | -3.137,4 | -3.027,3 | -6.913,8 | -4.844,1 | -2.440,8 | -2.612,5 | -2.609,7 |
| V.3. Banco Central (6) | -5,5 | -16,8 | 39,1 | -13,8 | -216,5 | -9,9 | -25,8 | -11,1 | -51,6 | -16,3 | 21,9 | 4,4 | 42,4 |
| VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7) | 164,2 | 331,7 | 168,2 | 331,2 | 435,0 | 209,0 | 154,0 | 110,4 | 0,0 | 234,7 | 161,7 | 350,3 | 179,3 |
| VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA | 1.453,3 | -843,4 | 76,7 | 528,7 | 318,6 | -46,1 | 374,8 | -1.042,3 | -381,4 | -878,3 | -460,9 | -1.964,0 | nd |
| VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8) | 14.307,9 | 2.203,8 | 6.060,0 | 5.614,8 | 4.508,5 | 2.929,8 | 6.321,9 | 346,1 | -4.390,6 | 3.310,5 | 3.271,3 | 5.614,5 | nd |
| IX. JUROS NOMINAIS (8) | -7.014,5 | -9.468,5 | -13.248,6 | -11.733,1 | -12.024,2 | -13.282,8 | -11.479,2 | -9.183,6 | -8.855,6 | -14.853,2 | -9.075,5 | -11.395,8 | nd |
| X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8) | 7.293,3 | -7.264,7 | -7.188,6 | -6.118,3 | -7.515,8 | -10.353,0 | -5.157,3 | -8.837,6 | -13.246,2 | -11.542,7 | -5.804,2 | -5.781,3 | nd |
| Memo: | | | | | | | | | | | | | |
| Parcela patronal da CPSS (1) | 507,4 | 422,4 | 517,5 | 453,6 | 460,4 | 504,9 | 462,4 | 779,4 | 757,7 | 467,0 | 463,1 | 503,2 | 452,0 |
| RMV (4) | 140,2 | 139,6 | 159,0 | 157,8 | 156,8 | 155,4 | 154,0 | 152,4 | 151,1 | 149,9 | 148,6 | 147,5 | 146,8 |

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

| | Abr/2005 | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr/2006 |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|-----------------|------------------|
| FLUXO FISCAL | | | | | | | | | | | | | |
| I. RECEITAS | 38.775,9 | 41.525,0 | 41.811,0 | 38.322,5 | 41.315,0 | 38.691,3 | 38.160,8 | 44.240,0 | 62.315,5 | 33.810,8 | 42.099,5 | 41.712,1 | 41.845,1 |
| I.1 - Recolhimento Bruto | 27.731,4 | 30.823,6 | 30.828,8 | 28.092,0 | 29.680,8 | 27.513,9 | 27.085,0 | 33.041,1 | 43.897,5 | 23.205,2 | 30.712,6 | 29.496,2 | 30.395,9 |
| I.2 - (-) Incentivos Fiscais | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -7,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito | 1.215,4 | 1.463,7 | 1.469,9 | 930,0 | 1.642,1 | 1.527,7 | 1.485,4 | 1.311,9 | 1.530,2 | 1.470,7 | 1.042,3 | 1.980,1 | 1.180,4 |
| I.4 - Receita das Operações de Crédito | 332,2 | 219,2 | 259,3 | 207,8 | 221,8 | 164,4 | 188,1 | 107,3 | 157,8 | 95,2 | 71,8 | 268,4 | 137,9 |
| I.5 - Receita do Salário Educação | 243,5 | 213,2 | 176,9 | 317,4 | 322,4 | 356,9 | 297,4 | 330,3 | 346,6 | 596,8 | 333,4 | 349,3 | 331,0 |
| I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social | 9.242,8 | 8.768,9 | 9.056,3 | 8.724,6 | 9.374,9 | 9.078,4 | 9.101,6 | 9.446,6 | 16.323,5 | 8.402,0 | 9.924,3 | 9.604,2 | 9.769,3 |
| I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB | 10,6 | 36,4 | 19,8 | 50,6 | 73,0 | 50,0 | 3,2 | 2,8 | 66,9 | 40,9 | 15,0 | 13,8 | 30,6 |
| II. DESPESAS | 37.571,1 | 40.176,4 | 40.690,7 | 45.089,0 | 39.058,8 | 42.664,6 | 42.385,6 | 50.038,4 | 56.790,7 | 48.187,2 | 39.881,2 | 37.319,7 | 42.611,2 |
| II.1 - Liberações Vinculadas | 8.132,8 | 9.551,4 | 8.186,5 | 7.766,1 | 8.274,0 | 6.647,5 | 7.730,6 | 10.119,2 | 10.288,4 | 10.599,4 | 7.925,4 | 6.735,9 | 10.202,4 |
| II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais | 5.538,3 | 6.219,7 | 5.997,9 | 4.958,3 | 5.136,9 | 4.321,5 | 4.989,2 | 6.555,3 | 8.103,6 | 6.864,1 | 5.900,4 | 5.571,9 | 6.278,8 |
| II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios | 815,0 | 1.212,8 | 422,2 | 928,5 | 1.277,4 | 450,5 | 1.007,6 | 1.481,8 | 461,3 | 889,9 | 1.343,1 | 536,8 | 820,5 |
| II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115 | 353,2 | 712,7 | 357,4 | 344,9 | 365,2 | 363,9 | 350,4 | 366,6 | 817,1 | 447,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| II.1.4 - Outras Vinculações | 1.426,2 | 1.406,2 | 1.409,1 | 1.534,3 | 1.494,5 | 1.511,6 | 1.383,4 | 1.715,5 | 906,4 | 2.398,1 | 681,9 | 627,2 | 3.103,1 |
| II.2 - Liberações Ordinárias | 29.438,4 | 30.625,0 | 32.504,2 | 37.323,0 | 30.784,8 | 36.017,1 | 34.655,0 | 39.919,2 | 46.502,3 | 37.587,8 | 31.955,7 | 30.583,7 | 32.408,8 |
| II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais | 7.244,4 | 7.732,2 | 9.490,7 | 7.441,3 | 7.560,9 | 7.380,2 | 7.746,5 | 11.095,0 | 9.839,8 | 11.235,8 | 8.228,1 | 8.251,5 | 7.580,6 |
| II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual | 2.353,5 | 1.651,1 | 1.467,6 | 4.782,0 | 1.648,4 | 3.421,9 | 887,0 | 160,8 | 2.951,4 | 1.412,4 | 1.931,7 | -66,6 | 1.263,5 |
| i) Dívida Contratual Interna | 115,7 | 105,1 | 139,5 | 69,0 | 110,2 | 112,6 | 332,8 | 112,2 | 24,2 | 93,9 | 115,7 | 124,7 | 107,0 |
| ii) Dívida Contratual Externa | 2.237,8 | 1.546,1 | 1.328,0 | 4.713,0 | 1.538,2 | 3.309,3 | 554,2 | 48,6 | 2.927,2 | 1.318,5 | 1.816,0 | -191,3 | 1.156,5 |
| II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado | 3.904,1 | 3.737,2 | 3.366,6 | 6.747,4 | 2.836,5 | 5.519,3 | 6.494,3 | 4.513,8 | 3.260,2 | 8.806,1 | 3.509,6 | 4.507,0 | 8.712,1 |
| II.2.4 - Benefícios Previdenciários | 10.391,3 | 10.696,1 | 11.261,0 | 11.187,2 | 11.273,4 | 11.419,1 | 11.667,7 | 15.960,5 | 18.164,9 | 11.051,3 | 11.319,3 | 11.962,4 | 7.957,1 |
| II.2.5 - Custeio e Investimento | 5.360,5 | 6.270,6 | 6.475,5 | 6.654,0 | 7.210,3 | 7.831,3 | 7.699,3 | 7.907,7 | 11.496,2 | 4.805,4 | 6.600,5 | 5.831,4 | 6.659,2 |
| II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito | 184,5 | 537,8 | 442,7 | 511,0 | 255,2 | 445,2 | 160,2 | 281,3 | 789,8 | 276,8 | 366,5 | 98,2 | 236,2 |
| II.2.7 - Restos a Pagar | | | | | | | | | | | | | |
| III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II) | 1.204,7 | 1.348,6 | 1.120,2 | -6.766,6 | 2.256,2 | -3.973,3 | -4.224,8 | -5.798,4 | 5.524,8 | -14.376,4 | 2.218,3 | 4.392,4 | -766,1 |
| FLUXO DE FINANCIAMENTO | | | | | | | | | | | | | |
| IV. RECEITAS | 34.870,4 | 32.459,8 | 28.540,2 | 45.796,9 | 27.870,1 | 39.005,8 | 35.339,3 | 39.448,4 | 27.466,6 | 51.235,8 | 30.904,7 | 17.576,8 | 18.086,6 |
| IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado | 34.221,5 | 31.358,4 | 27.569,7 | 45.182,0 | 26.852,7 | 38.444,5 | 34.727,6 | 38.781,0 | 26.528,7 | 50.547,0 | 29.716,0 | 16.763,0 | 17.522,9 |
| IV.2 - Outras Operações de Crédito | 648,9 | 1.101,4 | 970,5 | 614,9 | 1.017,5 | 561,3 | 611,7 | 667,5 | 937,9 | 688,7 | 1.188,7 | 813,8 | 563,7 |
| V. DESPESAS | 37.574,6 | 24.176,3 | 25.778,7 | 41.200,8 | 30.959,9 | 30.072,0 | 31.313,0 | 18.316,2 | 18.022,1 | 40.953,0 | 15.575,9 | 15.399,4 | 48.384,3 |
| V.1 - Amortização da Dívida Interna | 36.313,3 | 21.986,1 | 19.285,0 | 39.351,3 | 27.510,6 | 26.393,2 | 31.178,3 | 18.153,3 | 15.240,5 | 36.603,0 | 10.344,8 | 12.308,0 | 34.060,9 |
| V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado | 36.205,6 | 21.876,2 | 19.159,2 | 39.253,1 | 27.393,3 | 26.281,6 | 30.930,9 | 18.043,8 | 15.035,7 | 36.512,5 | 10.226,2 | 12.161,2 | 33.936,9 |
| V.1.2 - Dívida Contratual | 107,7 | 110,0 | 125,7 | 98,1 | 117,3 | 111,6 | 247,5 | 109,5 | 204,8 | 90,5 | 118,6 | 146,8 | 124,0 |
| V.2 - Amortização da Dívida Externa | 1.261,4 | 2.190,1 | 6.493,7 | 1.849,5 | 3.449,4 | 3.678,9 | 134,6 | 162,9 | 2.781,6 | 4.350,0 | 5.231,1 | 3.091,4 | 14.323,5 |
| V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1) | -1.984,1 | 9.482,2 | 8.410,5 | 5.928,9 | -540,6 | 12.163,0 | 3.796,8 | 20.737,2 | 11.493,0 | 14.034,5 | 19.489,8 | 4.601,8 | -16.414,0 |
| VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN | -1.048,5 | 3.707,4 | 2.020,9 | -2.661,8 | -876,8 | 3.768,4 | -2.999,2 | -3.026,8 | -35.299,1 | 2.307,9 | 2.453,6 | 3.160,9 | -13.147,4 |
| VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII) | -2.548,0 | 13.339,5 | 5.902,7 | -4.832,2 | -1.710,5 | 8.728,9 | -3.197,7 | 12.307,1 | -20.329,7 | -1.785,7 | 20.000,8 | 9.730,6 | -44.211,3 |

(*) Critério Liberação. Dados revisitos, sujeitos a alteração.

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

| | Abr/2005 | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr/2006 |
|---|-----------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN | 36.872,5 | 7.407,4 | 3.120,9 | 27.436,6 | 15.723,2 | 11.268,4 | 28.818,7 | 5.373,2 | 12.200,9 | 2.687,9 | 7.353,6 | 3.760,9 | 14.849,6 |
| I.1. Emissão de Títulos | 36.057,5 | 5.635,9 | 754,0 | 24.823,0 | 12.123,3 | 9.397,4 | 26.309,3 | 3.046,9 | 8.450,2 | 0,0 | 5.469,5 | 0,0 | 12.334,4 |
| I.2. Remuneração das Disponibilidades | 768,6 | 1.644,3 | 2.206,9 | 2.455,5 | 3.420,9 | 1.795,9 | 2.433,6 | 2.227,6 | 3.717,9 | 2.576,0 | 1.707,5 | 2.516,6 | 2.419,6 |
| I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs | 46,4 | 127,2 | 160,0 | 158,1 | 178,9 | 75,2 | 75,9 | 98,7 | 32,8 | 111,9 | 176,7 | 219,4 | 95,7 |
| I.4. Resultado do Banco Central | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1.024,8 | 0,0 |
| II. DESPESAS NO BACEN | 37.921,0 | 3.700,0 | 1.100,0 | 30.098,3 | 16.600,0 | 7.500,0 | 31.818,0 | 8.400,0 | 47.500,0 | 380,0 | 4.900,0 | 600,0 | 27.997,1 |
| II.1. Resgate de Títulos | 36.400,0 | 3.200,0 | 0,0 | 27.000,0 | 15.124,9 | 6.500,0 | 28.234,2 | 6.400,0 | 41.642,2 | 0,0 | 4.000,0 | 500,0 | 22.998,1 |
| II.2. Encargos da DPMF | 1.521,0 | 500,0 | 1.100,0 | 3.098,3 | 1.475,1 | 1.000,0 | 3.583,7 | 2.000,0 | 5.857,8 | 380,0 | 900,0 | 100,0 | 4.999,0 |
| III. RESULTADO (I - II) | -1.048,5 | 3.707,4 | 2.020,9 | -2.661,8 | -876,8 | 3.768,4 | -2.999,2 | -3.026,8 | -35.299,1 | 2.307,9 | 2.453,6 | 3.160,9 | -13.147,4 |

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

| | Abr/2005 | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr/2006 |
|---|----------|-------|-------|-------|-------|-------|---------|-------|---------|-------|-------|--------|----------|
| I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO | 2,2 | 35,0 | 19,4 | 20,9 | 1,5 | 1,5 | 1,2 | 15,6 | 54,1 | 16,5 | 17,4 | 0,0 | 25,9 |
| II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 177,9 | 57,3 | 0,1 | 0,1 | 4,2 | 0,3 | 106,9 | 193,5 | 0,0 | 0,1 |
| III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS | 29,6 | 48,4 | -2,5 | 29,0 | -49,8 | 75,6 | 215,5 | 154,4 | 291,4 | 84,9 | 50,9 | 54,6 | 100,8 |
| III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal | 0,0 | 0,3 | 0,4 | 1,0 | 1,1 | 1,2 | 1,0 | 0,8 | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,0 | 0,5 |
| III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal | 19,6 | 18,1 | -42,9 | 7,5 | -50,8 | 44,0 | 214,5 | 118,4 | 243,6 | 24,4 | -7,1 | -5,6 | 0,0 |
| III.3. Garantia à Sustentação de Preços | 10,0 | 30,0 | 40,1 | 20,5 | 0,0 | 30,5 | 0,0 | 35,2 | 47,3 | 60,1 | 57,7 | 60,2 | 100,3 |
| IV. PRONAF | 5,8 | 35,4 | 9,5 | 156,5 | 61,1 | 251,9 | -14,6 | 27,2 | 219,6 | 41,2 | 23,8 | -194,0 | 41,8 |
| IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal | 3,0 | 34,8 | 16,8 | 134,1 | 66,6 | 263,9 | -4,1 | 50,8 | 132,7 | 45,7 | 33,3 | 0,0 | 63,4 |
| IV.2. Concessão de Financiamento (1) | 2,8 | 0,5 | -7,3 | 22,4 | -5,5 | -11,9 | -10,5 | -23,5 | 86,9 | -4,5 | -9,5 | -194,0 | -21,6 |
| V. PROEX | -82,4 | 72,3 | 136,9 | 33,0 | 25,6 | 55,5 | 48,8 | 76,6 | 124,2 | -33,3 | 24,5 | -12,4 | -33,6 |
| V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal | 8,7 | 54,5 | 28,3 | 55,5 | 34,0 | 24,1 | 28,8 | 23,7 | 146,7 | 0,0 | 10,2 | 18,9 | 27,1 |
| V.2. Concessão de Financiamento (1) | -91,1 | 17,7 | 108,6 | -22,5 | -8,4 | 31,4 | 20,0 | 52,9 | -22,5 | -33,3 | 14,3 | -31,3 | -60,8 |
| VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2) | 0,0 | 0,0 | 278,9 | 12,0 | 28,1 | 404,4 | 92,4 | 17,9 | 295,7 | 78,4 | 26,8 | 7,0 | 19,2 |
| VII. CACAU | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1,2 | 0,0 | 0,6 | 0,0 | 0,0 |
| VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH) | 22,6 | 68,8 | 3,9 | 2,5 | 26,9 | 20,1 | 90,7 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 3,0 | 3,4 | 0,0 |
| IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 884,4 | 11,6 | 1.803,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1) | 10,7 | 6,7 | 11,3 | 9,5 | 97,3 | 62,3 | 107,9 | 81,7 | 137,5 | 0,0 | 51,7 | 32,3 | 3,2 |
| XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1) | -54,9 | 83,7 | -38,3 | -53,8 | -39,9 | -41,0 | -53,6 | -40,3 | 95,8 | -51,6 | -40,0 | -37,7 | -58,4 |
| XII. TOTAL | -66,2 | 350,4 | 419,4 | 387,5 | 208,2 | 830,6 | 1.372,9 | 349,0 | 3.023,0 | 243,0 | 352,3 | -146,9 | 99,0 |

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

| | Abr/2005 | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr/2006 |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| I. DÍVIDA INTERNA | 251.385,9 | 275.267,4 | 293.432,1 | 299.446,9 | 304.531,6 | 321.580,9 | 321.777,0 | 347.716,7 | 368.650,8 | 362.139,8 | 390.463,9 | 401.569,6 | 377.622,6 |
| Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹ | 863.748,9 | 878.750,1 | 896.348,3 | 906.625,4 | 910.879,9 | 924.596,5 | 930.355,7 | 956.421,2 | 976.439,1 | 982.866,4 | 1.009.078,9 | 1.019.526,7 | 1.002.197,1 |
| Dívida Bancária | 24.974,6 | 24.961,4 | 24.925,3 | 24.922,5 | 24.911,2 | 24.900,7 | 24.874,5 | 24.840,5 | 24.773,2 | 24.713,3 | 24.659,7 | 24.578,6 | 24.539,3 |
| INSS | -17.507,3 | -17.545,0 | -17.501,1 | -17.422,4 | -17.352,7 | -17.215,6 | -17.193,2 | -17.301,5 | -17.358,6 | -17.370,8 | -17.495,9 | -17.485,4 | -17.406,7 |
| Lei 7.976/89 | -7.266,2 | -6.895,6 | -6.382,3 | -6.464,3 | -6.392,9 | -5.993,5 | -6.090,7 | -5.782,3 | -5.771,4 | -5.484,3 | -5.303,0 | -5.319,4 | -5.130,1 |
| Bônus Renegociação | -14.880,7 | -14.085,5 | -13.553,0 | -13.741,6 | -13.576,1 | -12.732,2 | -12.391,3 | -12.090,3 | -12.607,6 | -11.928,3 | -11.466,7 | -11.649,4 | -10.899,5 |
| Lei 8.727/93 | -48.044,1 | -48.085,7 | -48.038,9 | -48.010,5 | -47.963,5 | -47.901,2 | -47.816,7 | -47.819,0 | -47.718,8 | -47.628,4 | -47.609,3 | -47.461,0 | -47.400,6 |
| Lei 9.496/97 | -248.071,4 | -249.796,6 | -249.685,8 | -249.455,1 | -248.730,6 | -247.429,4 | -247.733,0 | -249.789,4 | -251.041,4 | -251.714,6 | -253.923,7 | -253.805,8 | -253.339,5 |
| Renegociação de Dívidas dos Municípios | -37.330,0 | -37.529,3 | -37.556,2 | -37.661,9 | -37.627,0 | -37.484,6 | -37.533,2 | -37.871,6 | -38.081,7 | -38.250,2 | -38.779,7 | -38.718,7 | -38.793,3 |
| Recebíveis das Estatais | -36.918,5 | -36.957,6 | -36.972,9 | -36.486,5 | -36.535,0 | -36.289,8 | -37.249,0 | -37.303,1 | -37.850,3 | -36.359,1 | -36.265,7 | -36.456,5 | -36.194,2 |
| Outros | -45.230,2 | -44.670,3 | -44.371,9 | -44.090,0 | -43.754,5 | -43.203,2 | -43.144,8 | -43.552,0 | -43.678,9 | -43.568,0 | -43.139,9 | -43.040,1 | -42.831,7 |
| Fat | -109.750,9 | -109.979,1 | -110.183,4 | -112.297,7 | -113.149,9 | -113.818,1 | -113.568,4 | -114.879,6 | -116.867,0 | -120.339,1 | -119.585,2 | -119.581,7 | -122.474,0 |
| Demais Entidades | -48.774,7 | -43.318,3 | -43.972,2 | -44.331,8 | -44.894,3 | -45.381,3 | -45.903,5 | -46.479,0 | -47.092,7 | -46.942,8 | -47.563,7 | -47.783,8 | -48.128,4 |
| Créditos das Operações Oficiais | -13.219,4 | -13.152,8 | -13.136,0 | -13.276,2 | -13.908,0 | -13.412,0 | -13.458,8 | -13.438,2 | -14.471,1 | -14.207,3 | -14.023,3 | -13.948,0 | -13.635,4 |
| Arrecadação a Recolher | -10.344,3 | -6.428,3 | -6.488,0 | -8.863,0 | -7.375,0 | -7.055,4 | -11.370,5 | -7.239,0 | -22,0 | -11.647,0 | -8.118,8 | -7.286,0 | -12.880,5 |
| II. DÍVIDA EXTERNA | 192.182,1 | 181.743,4 | 177.965,6 | 174.001,8 | 173.515,6 | 168.063,3 | 166.318,2 | 163.277,4 | 173.792,1 | 162.657,8 | 152.210,1 | 151.723,0 | 135.713,5 |
| Dívida Mobiliária | 156.421,6 | 148.544,5 | 147.373,0 | 142.731,4 | 142.485,5 | 139.016,0 | 136.989,7 | 134.926,1 | 144.155,9 | 134.383,7 | 126.618,2 | 126.066,1 | 108.177,7 |
| Títulos Depositados em Garantias | -3.740,1 | -3.690,0 | -3.691,4 | -3.629,2 | -3.723,4 | -3.289,1 | -3.254,6 | -3.210,7 | -3.524,8 | -3.291,8 | -3.209,5 | -3.030,3 | 0,0 |
| Dívida Contratual | 39.843,6 | 37.207,6 | 34.613,5 | 35.240,4 | 35.094,3 | 32.665,9 | 32.932,0 | 32.016,8 | 33.472,7 | 31.888,8 | 29.145,3 | 28.995,2 | 27.855,7 |
| Disponibilidades | -343,0 | -318,7 | -329,5 | -340,8 | -340,8 | -329,6 | -348,9 | -454,9 | -311,7 | -323,0 | -343,9 | -308,0 | -319,9 |
| III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II) | 443.568,0 | 457.010,8 | 471.397,6 | 473.448,7 | 478.047,3 | 489.644,2 | 488.095,1 | 510.994,1 | 542.442,9 | 524.797,5 | 542.674,0 | 553.292,5 | 513.336,1 |
| DÍVIDA LÍQUIDA/PIB | 24,3% | 24,8% | 25,4% | 25,4% | 25,4% | 25,9% | 25,6% | 26,6% | 28,0% | 27,0% | 27,7% | 28,1% | 25,9% |

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

| | Abr/2005 | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr/2006 |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| I. DÍVIDA MOBILIÁRIA | 156.421,6 | 148.544,5 | 147.373,0 | 142.731,4 | 142.485,5 | 139.016,0 | 136.989,7 | 134.926,1 | 144.155,9 | 134.383,7 | 126.618,2 | 126.066,1 | 108.177,7 |
| I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO | 34.186,4 | 32.464,4 | 31.743,2 | 32.119,3 | 21.098,8 | 19.801,3 | 16.222,4 | 15.882,0 | 16.844,2 | 15.796,1 | 14.834,8 | 14.535,2 | 485,3 |
| Brazil Investment Bond (BIB) | 666,3 | 632,8 | 618,7 | 629,3 | 622,2 | 550,6 | 558,5 | 546,8 | 579,9 | 549,0 | 529,1 | 504,6 | 485,3 |
| Par Bond (PB) | 3.883,4 | 3.687,8 | 3.605,8 | 3.559,6 | 3.518,4 | 3.307,8 | 3.355,6 | 3.285,2 | 3.484,2 | 3.147,9 | 2.830,7 | 2.465,4 | - |
| Discount Bond (DB) | 3.316,9 | 3.148,8 | 3.079,8 | 3.074,6 | 3.039,6 | 2.857,6 | 2.898,9 | 2.838,1 | 3.010,0 | 2.849,7 | 2.746,1 | 2.685,5 | - |
| Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB) | 945,7 | 898,0 | 878,1 | 893,1 | 883,1 | 830,2 | 736,9 | 721,5 | 765,2 | 724,4 | 659,9 | 671,3 | - |
| Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond) | 14.188,9 | 13.474,2 | 13.174,8 | 13.399,6 | 2.590,8 | 2.435,7 | - | - | - | - | - | - | - |
| Debt Conversion Bond (DCB) | 7.827,0 | 7.432,7 | 7.267,6 | 7.391,6 | 7.308,7 | 6.871,2 | 6.472,6 | 6.336,8 | 6.720,7 | 6.362,7 | 6.034,2 | 6.138,5 | - |
| New Money Bond (NMB) | 2.109,4 | 2.003,1 | 1.958,6 | 1.992,1 | 1.969,7 | 1.851,8 | 1.609,3 | 1.643,8 | 1.706,8 | 1.615,8 | 1.508,0 | 1.534,1 | - |
| Eligible Interest (EI) | 1.248,9 | 1.186,0 | 1.159,6 | 1.179,4 | 1.166,2 | 1.096,4 | 556,1 | 544,4 | 577,4 | 546,7 | 526,8 | 535,9 | - |
| I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO | 122.235,2 | 116.080,1 | 115.629,7 | 110.612,1 | 121.386,6 | 119.214,7 | 120.767,2 | 119.044,0 | 127.311,7 | 118.587,5 | 111.783,4 | 111.530,9 | 107.692,4 |
| A-Bond | - | - | - | - | 10.656,9 | 10.018,9 | 10.163,7 | 9.950,4 | 10.553,2 | 9.991,0 | 9.628,1 | 9.794,4 | 9.419,3 |
| Euro 2005 | 4.039,8 | 3.667,0 | 3.523,2 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Euro 2006 | 2.245,1 | 2.037,9 | 1.958,0 | 1.995,0 | 2.005,5 | 1.838,2 | 1.859,0 | 1.790,5 | 1.905,1 | 1.856,8 | 1.688,8 | 1.681,1 | 1.643,5 |
| Euro 2007 | 2.447,4 | 2.221,5 | 2.134,4 | 2.174,8 | 2.186,2 | 2.003,8 | 2.026,5 | 1.951,9 | 2.076,8 | 2.024,1 | 1.686,1 | 1.698,0 | 1.660,1 |
| Euro 2009 | 1.631,6 | 1.481,0 | 1.422,9 | 1.449,8 | 1.457,5 | 1.335,9 | 1.351,0 | 1.301,2 | 1.384,5 | 1.349,4 | 1.267,8 | 1.316,4 | 1.286,9 |
| Euro 2010 | 2.447,4 | 2.221,5 | 2.134,4 | 2.174,8 | 2.186,2 | 2.003,8 | 2.026,5 | 1.951,9 | 2.076,8 | 2.024,1 | 1.775,0 | 1.811,3 | 1.770,8 |
| Euro 2011 | 3.263,2 | 2.962,0 | 2.845,9 | 2.899,7 | 2.914,9 | 2.671,8 | 2.702,0 | 2.602,5 | 2.769,0 | 2.698,9 | 2.535,7 | 2.632,7 | 2.573,9 |
| Euro 2012 | 3.263,2 | 2.962,0 | 2.845,9 | 2.899,7 | 2.914,9 | 2.671,8 | 2.702,0 | 2.602,5 | 2.769,0 | 2.698,9 | 2.535,7 | 2.632,7 | 2.573,9 |
| Euro 2015 | 1.631,6 | 1.481,0 | 1.422,9 | 1.449,8 | 1.457,5 | 1.335,9 | 1.351,0 | 1.301,2 | 1.384,5 | 1.349,4 | 2.028,6 | 2.106,2 | 2.059,1 |
| Euro libra 2007 | 725,5 | 655,9 | 631,2 | 630,4 | 639,3 | 587,8 | 598,2 | 572,8 | 603,3 | 592,9 | 558,8 | 565,9 | 571,5 |
| Euro lira 2017 | 1.263,9 | 1.147,3 | 1.102,3 | 821,7 | 1.129,0 | 1.034,8 | 1.046,6 | 1.008,0 | 1.072,5 | 1.045,3 | 982,1 | 1.019,7 | 996,9 |
| Global 2005 | 2.531,3 | 2.403,8 | 2.350,4 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Global 2006 | 3.797,0 | 3.605,7 | 3.525,6 | 3.585,8 | 3.545,6 | 3.333,3 | 3.381,5 | 3.310,5 | 3.511,1 | - | - | - | - |
| Global 2007 | 6.328,3 | 6.009,5 | 5.876,0 | 5.976,3 | 5.909,3 | 5.555,5 | 5.635,8 | 5.517,5 | 5.851,8 | 4.844,2 | 3.873,2 | 3.554,3 | 3.418,2 |
| Global 2008 | 6.328,3 | 6.009,5 | 5.876,0 | 5.976,3 | 5.909,3 | 5.555,5 | 5.635,8 | 5.517,5 | 5.851,8 | 5.073,8 | 4.248,0 | 3.805,6 | 3.659,9 |
| Global 2009 | 6.961,1 | 6.610,5 | 6.463,6 | 6.573,9 | 6.500,2 | 6.111,1 | 6.199,3 | 6.069,3 | 6.436,9 | 5.849,1 | 4.961,6 | 4.282,7 | 4.118,7 |
| Global 2010 | 6.328,3 | 6.009,5 | 5.876,0 | 5.976,3 | 5.909,3 | 5.555,5 | 5.635,8 | 5.517,5 | 5.851,8 | 5.382,7 | 4.765,8 | 4.564,7 | 4.389,9 |
| Global 2011 | 3.164,1 | 3.004,8 | 2.938,0 | 2.988,1 | 2.954,6 | 2.777,8 | 2.817,9 | 2.758,8 | 2.925,9 | 2.770,0 | 2.669,4 | 2.715,5 | 2.611,5 |
| Global 2012 | 3.164,1 | 3.004,8 | 2.938,0 | 2.988,1 | 2.954,6 | 2.777,8 | 2.817,9 | 2.758,8 | 2.925,9 | 2.770,0 | 2.669,4 | 2.715,5 | 2.611,5 |
| Global 2013 | 3.164,1 | 3.004,8 | 2.938,0 | 2.988,1 | 2.954,6 | 2.777,8 | 2.817,9 | 2.758,8 | 2.925,9 | 2.770,0 | 2.669,4 | 2.715,5 | 2.611,5 |
| Global 2014 | 3.164,1 | 3.004,8 | 2.938,0 | 2.988,1 | 2.954,6 | 2.777,8 | 2.817,9 | 2.758,8 | 2.925,9 | 2.770,0 | 2.669,4 | 2.715,5 | 2.611,5 |
| Global 2015 | 2.531,3 | 2.403,8 | 2.360,6 | 3.824,8 | 3.781,9 | 3.555,5 | 3.606,9 | 4.634,7 | 4.915,5 | 4.653,6 | 4.484,6 | 4.562,0 | 4.387,3 |
| Global 2019 | 2.531,3 | 3.605,7 | 3.525,6 | 3.585,8 | 3.545,6 | 3.333,3 | 3.381,5 | 3.310,5 | 3.511,1 | 3.324,0 | 3.203,3 | 3.258,6 | 3.133,8 |
| Global 2020 | 2.531,3 | 2.403,8 | 2.350,4 | 2.390,5 | 2.363,7 | 2.222,2 | 2.254,3 | 2.207,0 | 2.340,7 | 2.216,0 | 2.135,5 | 2.172,4 | 2.089,2 |
| Global 2024 | 7.529,9 | 7.150,6 | 6.991,7 | 7.111,0 | 7.031,3 | 6.610,4 | 6.705,9 | 6.565,2 | 6.962,9 | 6.591,9 | 6.352,5 | 6.462,2 | 6.214,7 |
| Global 2025 | 3.164,1 | 3.004,8 | 2.938,0 | 2.988,1 | 2.954,6 | 5.000,0 | 5.072,2 | 4.965,8 | 5.266,6 | 4.986,0 | 4.804,9 | 4.887,9 | 4.700,7 |
| Global 2027 | 8.859,6 | 8.413,3 | 8.226,4 | 8.366,8 | 8.273,0 | 7.777,7 | 7.890,1 | 7.724,5 | 8.192,5 | 7.756,0 | 7.474,3 | 7.603,4 | 7.312,2 |
| Global 2030 | 4.050,1 | 3.846,1 | 3.760,6 | 3.824,8 | 3.781,9 | 3.555,5 | 3.606,9 | 3.531,2 | 3.745,1 | 3.545,6 | 3.416,8 | 3.475,8 | 3.342,7 |
| Global 2034 | 3.797,0 | 3.605,7 | 4.700,8 | 4.781,0 | 4.727,4 | 4.444,4 | 4.508,6 | 4.414,0 | 5.851,8 | 5.540,0 | 5.338,8 | 5.431,0 | 5.223,0 |
| Global 2037 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2.216,0 | 2.135,5 | 3.258,6 | 3.133,8 |
| Global 2040 | 13.054,7 | 12.397,1 | 12.121,7 | 12.328,6 | 12.190,3 | 11.460,6 | 11.626,1 | 11.382,2 | 12.071,7 | 11.428,6 | 11.013,4 | 11.203,7 | 10.774,7 |
| Global BRL 2016 | - | - | - | - | - | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 |
| Marco Alemão 2007 | 1.668,4 | 1.514,5 | 1.455,1 | 1.084,7 | 1.490,4 | 1.366,0 | 1.381,5 | 1.330,6 | 1.415,8 | 1.379,9 | 1.283,5 | 1.320,5 | 1.291,0 |
| Marco Alemão 2008 | 1.251,3 | 1.135,8 | 1.091,3 | 813,5 | 1.117,8 | 1.024,5 | 1.036,1 | 998,0 | 1.061,8 | 1.034,9 | 972,4 | 938,0 | 917,0 |
| Samurai 2006 | 1.447,2 | 1.326,2 | 1.271,5 | 1.275,5 | 1.281,0 | 1.174,3 | 1.162,0 | 1.105,8 | 1.189,2 | 1.137,6 | 1.095,1 | - | - |
| Samurai 2007 | 1.929,7 | 1.768,2 | 1.695,4 | 1.700,7 | 1.708,0 | 1.565,7 | 1.549,3 | 1.474,4 | 1.585,6 | 1.516,8 | 1.460,2 | 1.228,8 | 1.183,7 |
| II. TÍTULO DEPOSITADOS EM GARANTIA | -3.740,1 | -3.690,0 | -3.691,4 | -3.629,2 | -3.723,4 | -3.289,1 | -3.254,6 | -3.210,7 | -3.524,8 | -3.291,8 | -3.209,5 | -3.030,3 | 0,0 |
| III. DÍVIDA CONTRATUAL | 39.843,6 | 37.207,6 | 34.613,5 | 35.240,4 | 35.094,3 | 32.665,9 | 32.932,0 | 32.016,8 | 33.472,7 | 31.888,8 | 29.145,3 | 28.995,2 | 27.855,7 |
| IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES | -343,0 | -318,7 | -329,5 | -340,8 | -340,8 | -329,6 | -348,9 | -454,9 | -311,7 | -323,0 | -343,9 | -308,0 | -319,9 |
| V. TOTAL (I+II+III+IV) | 192.182,1 | 181.743,4 | 177.965,6 | 174.001,8 | 173.515,6 | 168.063,3 | 166.318,2 | 163.277,4 | 173.792,1 | 162.657,8 | 152.210,1 | 151.723,0 | 135.713,5 |
| DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB | 10,5% | 9,9% | 9,6% | 9,3% | 9,2% | 8,9% | 8,7% | 8,5% | 9,0% | 8,4% | 7,8% | 7,7% | 6,8% |

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

| | Abr/2005 | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr/2006 |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL | 1.160.228,9 | 1.179.927,0 | 1.200.961,5 | 1.211.797,7 | 1.216.689,7 | 1.233.347,3 | 1.240.924,8 | 1.268.769,5 | 1.256.713,1 | 1.277.259,7 | 1.306.117,6 | 1.320.442,6 | 1.290.097,5 |
| I. Dívida em Mercado | 863.748,9 | 878.750,1 | 896.348,3 | 906.625,4 | 910.879,9 | 924.596,5 | 930.355,7 | 956.421,2 | 976.439,1 | 982.866,4 | 1.009.078,9 | 1.019.526,7 | 1.002.197,1 |
| Dívida Securitizada | 24.905,3 | 25.026,4 | 24.871,0 | 23.551,2 | 23.664,6 | 23.535,8 | 20.307,2 | 19.797,2 | 18.084,3 | 17.754,7 | 17.843,1 | 17.904,9 | 17.936,4 |
| TDA | 2.766,4 | 2.880,7 | 3.043,0 | 3.044,6 | 3.060,2 | 3.220,6 | 3.297,4 | 3.437,1 | 3.447,5 | 3.431,9 | 3.425,5 | 3.406,5 | 3.398,0 |
| LTN | 172.039,5 | 190.553,0 | 201.758,7 | 198.276,4 | 212.425,7 | 232.414,2 | 220.973,3 | 248.998,3 | 263.451,3 | 253.193,1 | 269.680,5 | 280.714,9 | 262.579,3 |
| LFT | 502.752,1 | 499.447,9 | 503.367,9 | 516.363,8 | 505.969,8 | 498.798,1 | 516.796,6 | 505.983,8 | 497.907,6 | 478.615,0 | 467.995,3 | 457.330,2 | 453.761,8 |
| LFT-A | 3.852,2 | 3.873,6 | 3.897,9 | 3.919,2 | 3.945,9 | 3.966,3 | 3.982,7 | 3.997,7 | 4.016,0 | 3.816,0 | 3.820,4 | 3.834,4 | 3.835,2 |
| LFT-B | 4.965,1 | 4.723,5 | 4.651,0 | 4.279,7 | 3.901,0 | 3.497,9 | 3.188,3 | 3.062,2 | 2.704,3 | 2.335,4 | 2.295,1 | 2.265,6 | 2.230,3 |
| NTN-A | 11.164,4 | 10.630,9 | 10.422,8 | 10.627,3 | 10.536,9 | 9.902,2 | 9.901,9 | 9.721,6 | 10.335,8 | 9.816,6 | 9.489,7 | 9.642,4 | 9.137,8 |
| NTN-B | 27.476,6 | 27.352,9 | 30.693,1 | 37.333,0 | 37.906,5 | 39.579,5 | 42.426,4 | 50.600,5 | 73.824,5 | 112.268,4 | 131.443,9 | 142.531,3 | 147.028,3 |
| NTN-C | 80.962,7 | 81.536,2 | 80.610,1 | 75.478,4 | 75.405,4 | 75.198,5 | 75.261,8 | 76.183,1 | 66.993,8 | 66.132,0 | 65.940,2 | 65.042,1 | 64.137,0 |
| NTN-D | 5.903,6 | 5.671,6 | 5.607,0 | 5.676,0 | 5.652,9 | 5.807,8 | 4.912,0 | 4.865,3 | 5.206,3 | 4.913,2 | 4.570,1 | 3.736,1 | 3.636,7 |
| NTN-F | 5.212,6 | 5.543,3 | 6.123,8 | 6.823,1 | 7.360,6 | 7.942,0 | 8.631,8 | 9.172,9 | 9.615,4 | 9.996,2 | 12.521,9 | 13.068,1 | 14.996,8 |
| NTN-I | 1.594,8 | 1.551,0 | 1.531,8 | 1.576,4 | 1.573,4 | 1.507,6 | 1.516,5 | 1.492,1 | 1.665,7 | 1.520,2 | 1.472,7 | 1.489,9 | 1.434,8 |
| NTN-P | 2.913,5 | 2.935,4 | 2.958,4 | 2.980,6 | 3.005,3 | 3.027,7 | 3.049,0 | 3.073,4 | 3.095,4 | 3.117,7 | 3.135,2 | 3.198,0 | 3.216,4 |
| CFT-A | 11.008,6 | 10.908,4 | 10.757,6 | 10.601,3 | 10.426,2 | 10.271,2 | 10.191,5 | 10.127,2 | 10.037,5 | 9.968,9 | 9.503,1 | 9.395,4 | 9.037,5 |
| CFT-D | 2.366,2 | 2.239,4 | 2.182,0 | 2.211,6 | 2.179,1 | 2.041,4 | 2.063,5 | 2.012,9 | 2.127,2 | 2.006,5 | 1.926,2 | 1.952,4 | 1.870,5 |
| Demais | 3.865,2 | 3.876,0 | 3.872,2 | 3.882,8 | 3.866,5 | 3.885,6 | 3.855,8 | 3.895,9 | 3.926,5 | 3.980,7 | 4.015,8 | 4.014,5 | 3.960,4 |
| II. Dívida com BACEN | 296.480,0 | 301.176,9 | 304.613,1 | 305.172,3 | 305.809,8 | 308.750,8 | 310.569,1 | 312.348,3 | 280.274,0 | 294.393,4 | 297.038,7 | 300.915,9 | 287.900,4 |
| LTN | 118.773,6 | 126.093,3 | 128.537,9 | 126.068,8 | 140.065,1 | 151.485,2 | 142.971,0 | 151.197,2 | 119.221,6 | 133.989,0 | 141.197,9 | 143.194,1 | 137.320,6 |
| LFT | 126.974,2 | 128.909,9 | 130.980,7 | 132.988,3 | 120.253,6 | 117.194,4 | 123.787,2 | 117.912,6 | 120.035,6 | 121.226,2 | 121.408,9 | 122.668,1 | 117.160,9 |
| NTN-D | 37.364,6 | 32.695,8 | 31.596,1 | 32.189,8 | 31.670,4 | 26.134,4 | 27.877,0 | 27.269,5 | 24.966,9 | 23.683,3 | 19.034,4 | 19.512,2 | 18.958,9 |
| Demais | 13.367,6 | 13.477,9 | 13.498,4 | 13.925,4 | 13.820,8 | 13.936,8 | 15.933,8 | 15.969,0 | 16.050,0 | 15.494,9 | 15.397,5 | 15.541,5 | 14.460,1 |
| Dívida em Mercado/PIB | 47,3% | 47,8% | 48,4% | 48,6% | 48,5% | 48,8% | 48,7% | 49,7% | 50,4% | 50,5% | 51,5% | 51,7% | 50,6% |

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

| | Abr/2005 | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Jan | Fev | Mar | Abr/2006 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| I. INTERNA | -158.525,6 | -153.297,4 | -154.155,6 | -156.629,5 | -158.044,2 | -159.199,3 | -159.472,0 | -161.358,6 | -163.959,7 | -167.282,0 | -167.148,9 | -167.365,5 | -170.602,3 |
| Dívida contratual | 346,5 | 327,4 | 296,9 | 301,7 | 298,9 | 279,3 | 269,9 | 266,7 | 256,3 | 305,7 | 232,5 | 234,8 | 217,8 |
| FAT | -109.750,9 | -109.979,1 | -110.183,4 | -112.297,7 | -113.149,9 | -113.818,1 | -113.568,4 | -114.879,6 | -116.867,0 | -120.339,1 | -119.585,2 | -119.581,7 | -122.474,0 |
| Aplicações financeiras | -3.891,1 | -4.016,3 | -3.989,8 | -3.984,4 | -4.055,6 | -4.137,4 | -4.276,0 | -4.235,3 | -4.034,9 | -4.122,6 | -4.164,8 | -4.326,2 | -4.347,1 |
| Fundos Regionais | -31.450,1 | -25.647,0 | -26.290,4 | -26.662,6 | -27.043,1 | -27.280,4 | -27.703,6 | -28.008,5 | -28.603,3 | -28.743,2 | -29.246,8 | -29.633,7 | -30.057,1 |
| Demais | -13.780,1 | -13.982,3 | -13.988,9 | -13.986,5 | -14.094,4 | -14.242,8 | -14.193,8 | -14.501,9 | -14.710,7 | -14.382,7 | -14.384,6 | -14.058,6 | -13.941,9 |
| II. EXTERNA | -343,0 | -318,7 | -329,5 | -340,8 | -340,8 | -329,6 | -348,9 | -454,9 | -311,7 | -323,0 | -343,9 | -308,0 | -319,9 |
| Disponibilidades | -343,0 | -318,7 | -329,5 | -340,8 | -340,8 | -329,6 | -348,9 | -454,9 | -311,7 | -323,0 | -343,9 | -308,0 | -319,9 |
| III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II) | -158.868,6 | -153.616,0 | -154.485,1 | -156.970,2 | -158.384,9 | -159.528,9 | -159.820,8 | -161.813,5 | -164.271,4 | -167.604,9 | -167.492,8 | -167.673,5 | -170.922,2 |
| DÍVIDA LÍQUIDA/PIB | -8,7% | -8,4% | -8,3% | -8,4% | -8,4% | -8,4% | -8,4% | -8,4% | -8,5% | -8,6% | -8,5% | -8,5% | -8,6% |

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

Abril / 2006

Comentários

Em Abril de 2006, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 12,6%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 4.826.118,2 (mil), em Abril de 2006, contra R\$ 4.286.729,6 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61)3412-3116 - 3412-3023. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Distribuição do FPM/FPE

| Origens | 2005 | | | 2006 | | | Variação Nominal | | |
|---------|-------------|-------------|-----------------|-------------|-------------|-----------------|------------------|------------|------------------|
| | Março | Abril | Janeiro a Abril | Março | Abril | Janeiro a Abril | Abr / 2006 | Abr / 2006 | Jan a Abr / 2006 |
| | | | | | | | Mar / 2006 | Abr / 2005 | Jan a Abr / 2005 |
| FPM | 2.000.868,5 | 2.172.378,5 | 8.642.790,5 | 2.192.481,5 | 2.468.356,0 | 9.679.783,8 | 12,6 % | 13,6 % | 12,0 % |
| FPE | 1.909.416,6 | 2.073.087,5 | 8.247.762,3 | 2.094.248,1 | 2.357.762,2 | 9.246.082,1 | 12,6 % | 13,7 % | 12,1 % |

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Abril de 2006 foram efetuados nos dias 10, 20 e 28. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

| MÊS | FPE | | FPM | | IPI-EXP | |
|-------|----------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|
| | Estimado | Realizado | Estimado | Realizado | Estimado | Realizado |
| Abril | 10,0 % | 12,6 % | 10,0 % | 12,6 % | 18,0 % | 15,7 % |

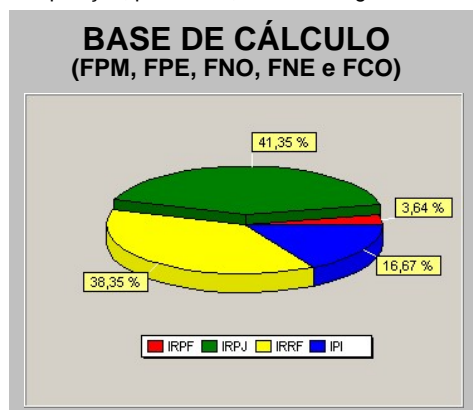
Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

| FUNDOS | mai/abr | jun/mai | jul/jun |
|-----------------------------|---------|---------|---------|
| FPM / FPE / FNE / FNO / FCO | 4,0 % | -4,0 % | -16,0 % |
| IPI-EXP | -10,0 % | -12,0 % | 17,0 % |

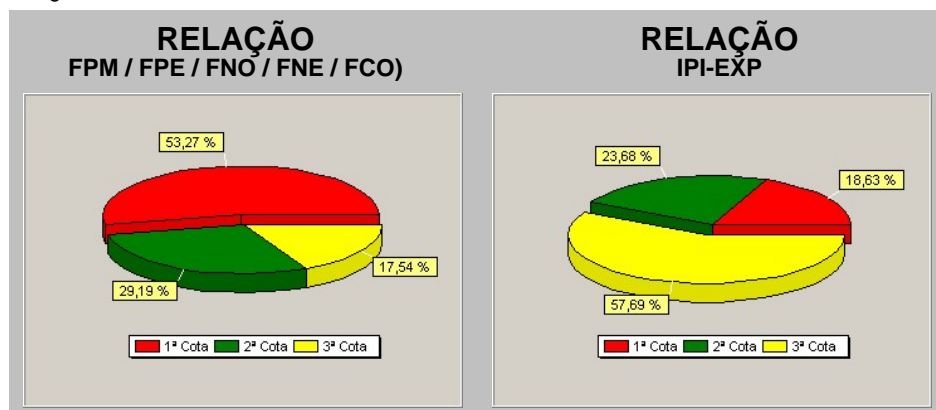
Composição dos Fundos

Em Abril de 2006 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/03/2006 a 20/04/2006, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

| Período de Arrecadação | Arrecadação Líquida | | | Data do Crédito | Transferências | | | | |
|------------------------|---------------------|--------------|--------------|-----------------|----------------|-------------|-------------|------------|-------------|
| | IPI | IR | IPI + IR | | FPE (1) | FPM (1) | IPI-EXP (1) | FUNDEF (2) | TOTAL |
| Mar/3º DEC | 400.589,6 | 6.472.713,7 | 6.873.303,3 | Abr/1º DEC | 1.256.096,2 | 1.314.519,3 | 34.050,1 | 459.646,9 | 3.064.312,4 |
| Abr/1º DEC | 509.132,5 | 3.256.402,2 | 3.765.534,6 | Abr/2º DEC | 688.151,5 | 720.158,5 | 43.276,3 | 256.162,3 | 1.707.748,5 |
| Abr/2º DEC | 1.240.579,9 | 1.022.153,7 | 2.262.733,5 | Abr/3º DEC | 413.514,6 | 432.747,8 | 105.449,3 | 167.949,1 | 1.119.660,7 |
| TOTAL | 2.150.301,9 | 10.751.269,5 | 12.901.571,5 | TOTAL | 2.357.762,2 | 2.467.425,5 | 182.775,7 | 883.758,2 | 5.891.721,6 |
| Abr/3º DEC | 365.351,6 | 8.422.910,5 | 8.788.262,1 | Mai/1º DEC | 1.606.054,9 | 1.680.755,1 | 31.054,9 | 585.505,6 | 3.903.370,5 |

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

| Estados | UF | FPM (1) | FPE (1) | IPI-Exp (1) | FUNDEF União (2) |
|---------------------|----|------------------|------------------|----------------|------------------|
| Acre | AC | 13.770 | 80.659 | 16 | 16.667 |
| Alagoas | AL | 58.733 | 98.085 | 621 | 27.783 |
| Amazonas | AM | 34.709 | 65.791 | 5.338 | 18.677 |
| Amapá | AP | 9.498 | 80.447 | 14 | 15.875 |
| Bahia | BA | 220.475 | 221.540 | 11.436 | 80.021 |
| Ceará | CE | 129.121 | 172.987 | 1.889 | 53.646 |
| Distrito Federal | DF | 5.225 | 16.273 | 80 | 3.808 |
| Espírito Santo | ES | 44.032 | 35.366 | 7.656 | 15.362 |
| Goiás | GO | 89.421 | 67.034 | 1.599 | 27.892 |
| Maranhão | MA | 101.798 | 170.188 | 1.923 | 75.189 |
| Minas Gerais | MG | 324.571 | 105.027 | 20.365 | 79.405 |
| Mato Grosso do Sul | MS | 36.561 | 31.405 | 1.304 | 12.224 |
| Mato Grosso | MT | 45.731 | 54.415 | 1.688 | 17.971 |
| Pará | PA | 89.617 | 144.106 | 7.628 | 57.184 |
| Paraíba | PB | 79.758 | 112.911 | 627 | 34.111 |
| Pernambuco | PE | 120.297 | 162.690 | 1.403 | 50.187 |
| Piauí | PI | 63.951 | 101.888 | 80 | 29.280 |
| Paraná | PR | 168.076 | 67.979 | 19.979 | 45.182 |
| Rio de Janeiro | RJ | 72.514 | 36.020 | 21.167 | 22.888 |
| Rio Grande do Norte | RN | 61.303 | 98.505 | 914 | 28.363 |
| Rondônia | RO | 22.442 | 66.385 | 261 | 15.722 |
| Roraima | RR | 12.018 | 58.489 | 10 | 12.444 |
| Rio Grande do Sul | RS | 164.927 | 55.521 | 24.991 | 43.271 |
| Santa Catarina | SC | 95.838 | 30.175 | 15.076 | 24.898 |
| Sergipe | SE | 34.974 | 97.972 | 126 | 23.483 |
| São Paulo | SP | 331.176 | 23.578 | 36.555 | 68.001 |
| Tocantins | TO | 37.822 | 102.327 | 30 | 24.737 |
| Total | | 2.468.356 | 2.357.762 | 182.776 | 924.272 |

(1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Complementação da União. Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

| Mês | Ano | Data |
|-----------|------|------------|
| Julho | 2005 | 18/08/2005 |
| Agosto | 2005 | 16/09/2005 |
| Setembro | 2005 | 25/10/2005 |
| Outubro | 2005 | 25/11/2005 |
| Novembro | 2005 | 16/12/2005 |
| Dezembro | 2005 | 25/01/2006 |
| Janeiro | 2006 | 23/02/2006 |
| Fevereiro | 2006 | 22/03/2006 |
| Março | 2006 | 19/04/2006 |

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2005, a Portaria STN nº 888, de 26 de dezembro de 2005, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2006, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
 Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
 E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Abril / 2006

Comportamento no Mês

Em Abril de 2006, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.713.700,7 (mil), contra R\$ 2.881.136,1 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um decréscimo de -5,8% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o decréscimo da ordem de -13,0% do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

| Origens | R\$ Mil | | | | |
|--------------|--------------------|----------------|--------------------|----------------|---------------|
| | Março | Participação | Abril | Participação | Abr / Mar |
| FPM | 385.936,1 | 13,4 % | 434.497,5 | 16,0 % | 12,6 % |
| FPE | 369.573,2 | 12,8 % | 416.075,7 | 15,3 % | 12,6 % |
| IPI-EXP | 27.882,4 | 1,0 % | 32.254,5 | 1,2 % | 15,7 % |
| LC 87/96 | 0,0 | 0,0 % | 0,0 | 0,0 % | 0,0 % |
| COMPL. UNIÃO | 41.444,6 | 1,4 % | 41.444,6 | 1,5 % | 0,0 % |
| ICMS | 2.056.299,9 | 71,4 % | 1.789.428,4 | 65,9 % | -13,0 % |
| TOTAL | 2.881.136,1 | 100,0 % | 2.713.700,7 | 100,0 % | -5,8 % |

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundef@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:
Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Complementação da União

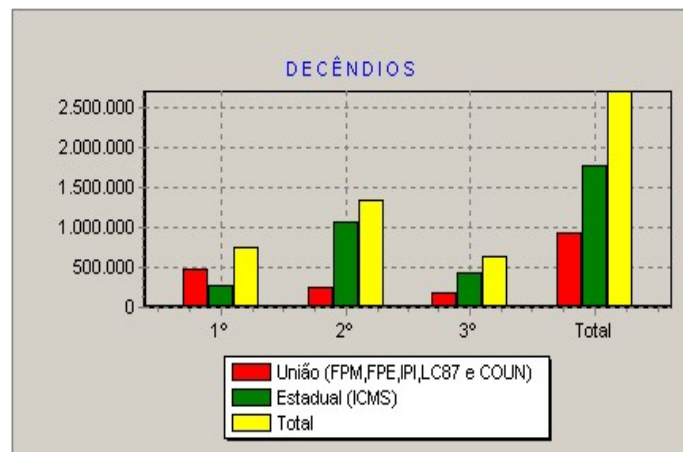
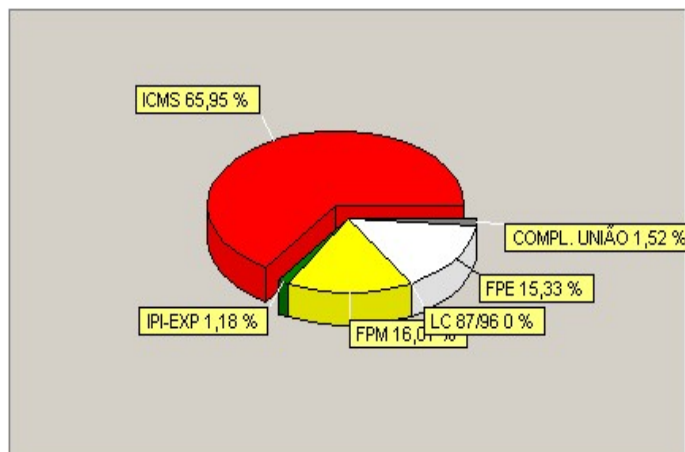
Portaria MF nº 40, de 03/03/2006, publicada no D.O.U. em 06/03/2006, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2006.

| Estados | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Maranhão | 26.852.430 | 13.426.215 | 13.426.215 | 13.426.215 | 13.426.215 | 26.637.435 | 13.426.215 | 13.426.215 | 13.426.215 | 13.426.215 | 41.579.340 |
| Pará | 14.592.180 | 7.296.090 | 7.296.090 | 7.296.090 | 7.296.090 | 15.105.330 | 7.296.090 | 7.296.090 | 7.296.090 | 7.296.090 | 23.155.080 |
| TOTAL | 41.444.610 | 20.722.305 | 20.722.305 | 20.722.305 | 20.722.305 | 41.742.765 | 20.722.305 | 20.722.305 | 20.722.305 | 20.722.305 | 64.734.420 |

FUNDEF Brasil por Origem

FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



Distribuição do FUNDEF por Estado

R\$ Mil

| Estados | Matrículas (1) | ORIGENS | | | | | | FUNDEF Total (2) | Média por Aluno (R\$) | |
|---------------------|-------------------|----------------|----------------|---------------|---------------|----------|------------------|---------------------|-----------------------|--------------|
| | | FPE | FPM | IPI-EXP | Com. União | LC 87/96 | ICMS | | No mês | Até o mês |
| Acre | 146.626 | 14.234 | 2.430 | 3 | 0 | 0 | 5.249 | 21.915 | 149,5 | 576,5 |
| Alagoas | 674.321 | 17.309 | 10.365 | 110 | 0 | 0 | 14.484 | 42.267 | 62,7 | 253,6 |
| Amapá | 127.625 | 14.196 | 1.676 | 2 | 0 | 0 | 3.098 | 18.973 | 148,7 | 601,8 |
| Amazonas | 745.772 | 11.610 | 6.125 | 942 | 0 | 0 | 27.263 | 45.940 | 61,6 | 293,0 |
| Bahia | 2.782.645 | 39.095 | 38.907 | 2.018 | 0 | 0 | 74.499 | 154.520 | 55,5 | 234,5 |
| Ceará | 1.531.674 | 30.527 | 22.786 | 333 | 0 | 0 | 19.066 | 72.713 | 47,5 | 229,4 |
| Distrito Federal | 300.965 | 2.872 | 922 | 14 | 0 | 0 | 0 | 3.808 | 12,6 | 49,9 |
| Espírito Santo | 497.527 | 6.241 | 7.770 | 1.351 | 0 | 0 | 48.240 | 63.603 | 127,8 | 515,4 |
| Goiás | 888.973 | 11.829 | 15.780 | 282 | 0 | 0 | 53.538 | 81.430 | 91,6 | 362,3 |
| Maranhão | 1.447.560 | 30.033 | 17.964 | 339 | 26.852 | 0 | 12.617 | 87.806 | 60,7 | 224,2 |
| Mato Grosso | 565.348 | 9.603 | 8.070 | 298 | 0 | 0 | 37.522 | 55.493 | 98,2 | 384,0 |
| Mato Grosso do Sul | 396.990 | 5.542 | 6.452 | 230 | 0 | 0 | 34.758 | 46.982 | 118,4 | 452,3 |
| Minas Gerais | 3.176.706 | 18.534 | 57.277 | 3.594 | 0 | 0 | 202.726 | 282.131 | 88,8 | 351,4 |
| Paraíba | 745.405 | 19.925 | 14.075 | 111 | 0 | 0 | 15.323 | 49.434 | 66,3 | 276,9 |
| Paraná | 1.527.232 | 11.996 | 29.661 | 3.526 | 0 | 0 | 118.305 | 163.487 | 107,0 | 430,7 |
| Pará | 1.533.369 | 25.431 | 15.815 | 1.346 | 14.592 | 0 | 37.369 | 94.552 | 61,7 | 236,3 |
| Pernambuco | 1.493.544 | 28.710 | 21.229 | 248 | 0 | 0 | 47.677 | 97.863 | 65,5 | 282,5 |
| Piauí | 639.212 | 17.980 | 11.285 | 14 | 0 | 0 | 13.030 | 42.310 | 66,2 | 258,5 |
| Rio Grande do Norte | 522.335 | 17.383 | 10.818 | 161 | 0 | 0 | 19.545 | 47.908 | 91,7 | 377,7 |
| Rio Grande do Sul | 1.503.203 | 9.798 | 29.063 | 4.410 | 0 | 0 | 121.558 | 164.829 | 109,6 | 483,3 |
| Rio de Janeiro | 2.005.935 | 6.356 | 12.797 | 3.735 | 0 | 0 | 157.253 | 180.141 | 89,8 | 379,8 |
| Rondônia | 295.378 | 11.715 | 3.960 | 46 | 0 | 0 | 13.601 | 29.322 | 99,3 | 409,0 |
| Roraima | 79.194 | 10.322 | 2.121 | 2 | 0 | 0 | 1.856 | 14.300 | 180,6 | 747,2 |
| Santa Catarina | 868.134 | 5.325 | 16.913 | 2.661 | 0 | 0 | 69.673 | 94.571 | 108,9 | 453,3 |
| Sergipe | 368.317 | 17.289 | 6.172 | 22 | 0 | 0 | 12.998 | 36.482 | 99,0 | 396,4 |
| São Paulo | 5.094.240 | 4.161 | 57.390 | 6.451 | 0 | 0 | 620.286 | 688.287 | 135,1 | 560,7 |
| Tocantins | 260.218 | 18.058 | 6.674 | 5 | 0 | 0 | 7.895 | 32.633 | 125,4 | 484,6 |
| Total | 30.218.448 | 416.075 | 434.497 | 32.254 | 41.445 | 0 | 1.789.428 | 2.713.700 | 89,8 | 370,2 |

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 18, de 04/01/2006. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.

- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.